

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Marabá/PA, 18/03/2010

Sumário

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	6
2. Objetivos e metas institucionais	7
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.	7
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	8
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	8
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras	8
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento	8
2.2.4 Divisão de Administração	8
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	9
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	9
Principais Ações do Programa	10
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária 10	
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	12
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária ..	14
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	16
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	18
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	20
Principais Ações do Programa	21
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	21
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	23
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.	25
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	27
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária 29	
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	30
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	32
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	34
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas 36	
Principais Ações do Programa	37
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	37

2.3.3.2	Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	39
2.3.3.3	Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	40
2.3.3.4	Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	41
2.3.3.5	Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	42
2.3.3.6	Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	44
2.3.3.7	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	45
2.3.4	- Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	47
	Principais Ações do Programa	48
2.3.4.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	48
2.3.5	- Programa 1120 – Paz no Campo	49
	Principais Ações do Programa	50
	Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	50
2.3.6	Programa 1336 – Brasil Quilombola	53
	Principais Ações do Programa	53
2.3.6.1	Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	54
2.3.6.2	Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	54
2.3.7	Programa 1350 – Educação no Campo	55
	Principais Ações do Programa	57
2.3.7.1	Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	57
2.3.7.2	Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	58
2.3.7.3	Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	59
2.3.7.4	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	61
2.3.8	- Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	62
	Principais Ações do Programa	63
2.3.8.1	Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	63
2.3.8.2	Ação 2272 - Gestão do Programa	65
2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo	66
	Principais Ações do Programa	67
2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	67
2.3.9.2	Ação 2003 - Ações de Informática	70
2.4	Desempenho Operacional	72
2.4.1	Programação Orçamentária	72

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)	72
2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes	72
2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital	72
2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	72
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	73
2.4.2 Execução Orçamentária	74
Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	74
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação	74
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	75
2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa	76
2.4.3. Evolução de Gastos Gerais	77
2.4.5. Indicadores de Desempenho	78
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	79
3.1 Composição dos Recursos Humanos	79
3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos	79
3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos	80
3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra	82
3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir	83
3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos	84
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	85
5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	86
6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	87
7. Previdência Complementar Patrocinada	91
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	91
9. Renúncias tributárias	91
10. Operações de fundos	91
11 A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno	91
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticadas no exercício	97
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	98
13. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	99
15. Informações Contábeis da Gestão	101
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	129

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Sul do Pará – SR(27)			
Denominação abreviada: SR(27)			
Código SIORG: 27615		Código LOA: 99999	Código SIAFI: 133080
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Descentralizado de Autarquia do Poder Executivo – INCRA			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(094) 3324- 1752	(094) 3324-1216	Fax: (094) 3324-4120
Endereço eletrônico: Não dispomos de endereço no momento.			
Página da Internet: Não dispomos de página no momento.			
Endereço Postal: Av. Amazônia, s/nº - Agrópolis Amapá / Marabá – PA CEP: 68502-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A SR foi criada através da Resolução/INCRA/CD/Nº83, de 17 de outubro de 1996.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Definição de competências atribuídas pela Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto Presidencial Nº 5.735, de 27 de março de 2006, publicado no DOU do dia 28 de março do mesmo ano, com alterações procedidas pelo Decreto Nº 5.928, de 13 de outubro de 2006, publicado no DOU do dia 16 de outubro do mesmo ano, e cuja Portaria Ministerial Nº69, de 19 de outubro de 2006 aprovou o Regimento Interno do INCRA.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Revista Campo Fértil			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
133081	Unidade Avançada de Tucuruí		
133082	Unidade Avançada de São Geraldo do Araguaia		
133083	Unidade Avançada de Conceição do Araguaia		
373063	Unidade Avançada Xingu		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

- Acesso de assentados ao PA através da execução de obras de infraestrutura de implantação e recuperação de estradas vicinais para escoamento da produção;
- Educação do Campo – capacitação e formação de profissionais nos níveis médio e superior para atuar nas áreas de assentamentos;
- Parcerias através de convênios com Prefeituras Municipais e outras entidades com o objetivo de atender demandas alternativas;
- Democratização das ações relativas ao programa de reforma agrária;
- Fazer gestão no sentido de promover paz, produção e qualidade de vida no meio rural;
- Promover Assistência Técnica, Social e Ambiental nos Assentamentos de reforma agrária, no intuito de garantir o desenvolvimento rural sustentável;
- Conceder crédito apoio, fomento, aquisição de material para construção e recuperação de moradia rural;
- Incentivo ao programa de Documentação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em ação conjunta com órgãos vinculados a questão;
- Interagir com os movimentos sociais organizados, sindicatos e associações de trabalhadores rurais da região nas decisões de planejamento das ações estratégicas de reforma agrária;
- Incentivo à agroindústria e comercialização da produção rural nos assentamentos pelo programa “Terra Sol” através de parcerias com entidades governamentais e não-governamentais;
- Intervenção da Ouvidoria Agrária Regional na mediação de conflitos agrários e tensão social;
- Monitorar e dar assistência nos acampamentos existentes na região de abrangência da SR;
- Ter a Reforma Agrária como mola propulsora do desenvolvimento rural integrado na região.
- Estimular o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-PRONAF no âmbito da SR, orientando o assentado no sentido de gerar fonte de financiamento para dar sustentabilidade produtiva na sua terra.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

- Gerenciar os imóveis contidos no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, integrando as informações do SNCR ao Serviço de Registro Imobiliário, bem como georreferenciar e regularizar as terras públicas federais arrecadadas e matriculadas em nome do INCRA.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras

- Agilização dos processos de obtenção de terras apoiado na implantação de um sistema integrado de informações sobre terras e mercado, para possibilitar a implementação do programa de assentamento de trabalhadores, definição de áreas prioritárias para intervenção governamental, possibilitando a potencialização dos investimentos promotores da transformação da estrutura agrária;
- Cadastramento e seleção de famílias com aptidão agrícola para fins de assentamento;
- Identificação de áreas públicas com perspectiva de assentamento de famílias sem terra;

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento

- Proporcionar o acompanhamento da situação sócio-econômica e ambiental dos assentamentos e das famílias assentadas;
- Promover o assessoramento técnico, social e ambiental para os assentados de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia;
- Fazer gestão no sentido de reduzir ou equacionar os conflitos e litígios pela posse e uso da terra nas áreas de assentamento;
- Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras nas áreas de reforma agrária, mediante celebração de convênio com instituições de ensino.

2.2.4 Divisão de Administração

Fazer gestão no sentido da racionalização dos procedimentos das atividades administrativas, utilizando, dentre outros, a faculdade da renegociação dos contratos de prestação de serviços, controle das despesas, tais como: serviços de telecomunicações, energia elétrica, material de consumo, serviços de vigilância, limpeza e conservação predial, xerografia etc., além do controle e preservação do acervo patrimonial da UJ, avaliando constantemente as demandas, visando essencialmente otimizar a relação custo/benefício. Os serviços de contabilidade e finanças estarão sempre aptos e eficientes na análise e conferência dos processos de despesas e o de recursos humanos habilitado nas tarefas de sua alçada, mormente no que diz respeito a prestação de assistência ao servidor ativo e inativo da SR. Favorecer acesso à capacitação e

qualificação dos servidores para melhor desempenho de suas atividades internas, procurando elevar a qualidade do trabalho junto à clientela rural. Administrar os serviços de transportes e executar as atividades de protocolo.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Gerente do programa: Celso Lisboa de Lacerda

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Giuseppe Serra Seca Vieira

Indicadores ou parâmetros utilizados: Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹

¹ Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Fam Assentada	4.520	2.941	4.770	65,07%

Fonte: MONITORIA/PO/SIPRA

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
180.900,00	220.828,97	220.745,43	99,96	220.745,43	99,96	220.745,43	99,96

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Foram assentadas 2.941 famílias, sendo 587 famílias no Território da Cidadania do Sudeste Paraense, 1.425 famílias no Território da Cidadania do Sul Paraense e 929 famílias fora dos Territórios, apesar dos esforços envidados pela equipe técnica da Divisão de Obtenção de Terras. O cumprimento da meta de assentamento de famílias ficou prejudicado em razão dos seguintes fatores: atraso na tramitação dos processos de obtenção de terras ao programa de reforma agrária, principalmente na etapa de ajuizamento de ações e imissões de posse; dificuldade de adequação com a

vigência de um novo normativo interno; demora no processo de retomada e destinação de lotes de projetos de assentamento já criados; redução no efetivo de servidores (remoção, exoneração e cessão para o Programa Terra Legal).

Apesar das dificuldades, ainda assim foram criados 08 (oito) novos projetos de assentamento e reconhecidos outros 02 (dois) projetos criados pelo Estado, totalizando 695 unidades familiares.

Em relação a execução orçamentária, podemos identificar como principais elementos de despesa de custeio os que se referem a diárias, combustível, locação de veículos, manutenção de veículos, além de outros custos normais para a execução desta ação. Depois de vários anos, houve um aumento significativo no valor das diárias (65% para servidores de nível superior e 108% para servidores de nível médio). Ressaltamos que a área de jurisdição desta Superintendência é muito extensa e que na maioria das vezes é de difícil acesso onerando assim o custo unitário por família assentada na execução da ação em relação as demais Superintendências Regionais do INCRA.

Dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, foram emitidas 981 DAP's - Declarações de Aptidão ao Pronaf "A", e 77 ao Pronaf "A/C", que servem para financiar as primeiras atividades de investimento e custeio do assentado, com limites de financiamentos. Ao todo foram beneficiadas 1.058 famílias de trabalhadores rurais.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área vistoriada(ha)	368.700	154.891,5318	121.383	42,01

Fonte: MONITORIA/PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
496.000,00	623.685,55	621.977,68	97,73	604.753,88	96,96	604.436,66	96,91

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Foram executados através das equipes técnicas da Superintendência Regional(SR), trabalhos de vistoria de avaliação em 09(nove) imóveis rurais considerados de interesse social para fins de reforma agrária pela via da desapropriação, correspondente a uma área de 42.307,7453ha, sendo 02(dois) imóveis dentro do Território da Cidadania Sudeste do Pará com área avaliada de 2.719,1182 ha e 07(sete) imóveis dentro do Território da Cidadania Sul do Pará com área avaliada de 39.588,6271ha. Paralelo a esse trabalho, foram realizadas perícias judiciais em alguns imóveis rurais passíveis de desapropriação, cujas despesas com honorários periciais arbitrados pelo Juízo Federal de Marabá, no valor total de R\$ 57.700,00 (cinquenta e sete mil e setecentos reais), foram custeadas à conta de recursos desta ação e sob controle da Procuradoria Regional.

Em relação a vistoria preliminar, foram executadas 08(oito) vistorias, perfazendo um total de 112.583,7865ha, sendo 04(quatro) vistorias dentro do Território

da Cidadania do Sudeste do Pará com área de 9.496,2636ha e 04(quatro) vistorias dentro do Território da Cidadania do Sul do Pará com área de 103.087,5229 ha.

Convém destacar, que existem 06(seis) vistorias que foram iniciadas em 2009 e serão concluídas em 2010, num total de 67.057,9606ha dentro do Território da Cidadania do Sul do Pará.

O cumprimento da meta física da ação ficou prejudicado em consequência de diversos fatores, dos quais destacamos: dificuldade na etapa de notificação dos proprietários dos imóveis, que é indispensável na execução das vistorias; redução no efetivo de servidores (remoção, exoneração e cessão para o Programa Terra Legal).

Em relação a execução orçamentária, podemos identificar como principais elementos de despesa de custeio os que se referem a diárias, combustível, locação de veículos, manutenção de veículos, publicações de editais em jornal e no DOU, além de outros custos normais para a execução desta ação. Depois de vários anos, houve um aumento significativo no valor das diárias (65% para servidores de nível superior e 108% para servidores de nível médio). Ressaltamos que a área de jurisdição desta Superintendência é muito extensa e que na maioria das vezes é de difícil acesso onerando assim o custo unitário por hectare na execução da ação em relação as demais Superintendências Regionais do INCRA.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução CONAMA Nº 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Lic Amb Protocolada	55	11	184	20,0

Fonte: MONITORIA/PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
84.083,00	157.131,66	133.762,92	85,13	115.471,72	73,49	115.471,72	73,49

Fonte: SIAFI GERENCIAL

No ano de 2009, foram protocoladas 11(onze) licenças ambientais sendo 04(quatro) na modalidade de Licença de Instalação e Operação (LIO) e 07(sete) na modalidade de Licença-Prévia (LP). As 04(quatro) LIO's e 02(duas) LP's protocoladas são de Projetos de Assentamento e imóveis em fase de obtenção localizados em municípios que fazem parte do Território da Cidadania Sudeste Paraense. As outras 05(cinco) LP's são de imóveis em fase de obtenção localizados em municípios que fazem parte do Território da Cidadania Sul do Pará/Alto Xingu.

O baixo índice alcançado na meta física deve-se a falta de estudos ambientais (PDA e/ou PRA) necessários para solicitação das LIO's, estudos estes que foram objetos de contratação de empresas especializadas via licitação e que ainda não

foram entregues definitivamente ao Setor de ATES da SR, que os encaminha para o Setor de Meio Ambiente e Recursos Naturais responsável pelo protocolo desta e das demais peças técnicas exigidas pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (SEMA-PA). Ressaltamos que os processos de LIO protocolados em 2009 foram pelos estudos ambientais antigos que foram complementados por novos levantamentos de campo e mapas temáticos elaborados pelos próprios técnicos do Setor de Meio Ambiente. Em relação aos protocolos de LP's podemos considerar um número satisfatório tendo em vista a diminuição da demanda do Setor de Obtenção de Terras.

Apesar disso, conseguimos obter 24(vinte e quatro) licenças ambientais prévias expedidas, fruto dos processos protocolados nos anos anteriores, resultado expressivo considerado os anos anteriores já que em 2008 foram expedidas 04(quatro) LP's e nenhuma antes deste ano. A expectativa é que para o ano de 2010 seja possível o cumprimento das metas físicas com o recebimento dos estudos ambientais que são peças primordiais para o protocolo de LIO's na SEMA-PA. Ressaltamos que também foram obtidos ainda 18(dezoito) autorizações para reformas e construções de pontes e estradas vicinais em projetos de assentamento.

Quanto a meta orçamentária, procurou-se instituições governamentais e não governamentais para proposição de convênios porém as negociações não foram concluídas, com expectativa para concretização em 2010.

Os convênios celebrados com a EMATER-PA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará) e com o IPA (Instituto de Pesquisas e Projetos para o Desenvolvimento Sócio-Econômico da Amazônia) para elaboração dos 30 (trinta) Projetos Básicos (estudos básicos) foram cancelados por deficiência processual, não havendo então nenhum repasse de recursos financeiros.

Assim o valor orçamentário acompanhou a execução de metas físicas, com o pagamento de apenas de 13,06% do valor previsto para 2009. Os principais pagamentos se referem às diárias de servidores, taxas das licenças prévias emitidas, das taxas de autorizações para infra-estrutura e para publicações dos licenciamentos em jornais de circulação regional e no Diário Oficial do Estado, conforme estabelece a Resolução CONAMA nº 387/2006 e exigência requerida pela SEMA-PA.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Área Obtida(ha)	35.719	17.071,4179	14.940	47,79

Fonte: MONITORIA/PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
21.218.190,00	33.691.252,82	33.691.252,82	100	30.873.121,34	91,64	30.873.121,34	91,64

Fonte: SIAFI GERENCIAL

A desapropriação ou aquisição do imóvel rural, após a edição do decreto declaratório de interesse social para fins de reforma agrária, só estará consumada com a devida incorporação do imóvel em nome do INCRA. Foram 07(sete) imóveis com área em torno de 46.793,2133ha que tramitaram pelo Comitê de Decisão Regional–CDR desta Superintendência e que mereceram aprovação de encaminhamento do denominado “KIT” para decretação (conjunto de documentos) com vistas a obtenção para fins de reforma agrária, sendo 02(dois) imóveis abrangidos pelo Território da Cidadania do Sudeste do Pará, com área de 13.517,9900ha, 04(quatro) imóveis no Território da Cidadania do Sul do Pará, com área de 30.589,0019ha e 01(um) fora dos Territórios da Cidadania, com área de 2.686,2214ha.

Foram decretados 06(seis) imóveis para fins de desapropriação para reforma agrária, com área total de 29.776,2772ha, sendo 01(um) imóvel dentro do Território do Sudeste do Pará, com área de 2.635,2905ha, e 05(cinco) imóveis dentro do Território do Sul do Pará, com área de 27.140,9867 hectares.

Houve o ajuizamento de ações de 04(quatro) imóveis rurais para fins de desapropriação, com área de 11.526,5420ha, sendo 01(um) imóvel dentro do

Território do Sudeste do Pará, com 5.571,8516ha, 02(dois) imóveis dentro do Território do Sul do Pará, com 3.103,8738ha e 01(um) imóvel fora dos Territórios com 2.850,8166 hectares.

Com a finalidade de subsidiar a avaliação de imóveis rurais dentro da alçada de competência regimental, utiliza-se a planilha referencial de valores básicos de terra nua e benfeitorias indenizáveis praticados na região e microrregiões.

Apesar dos esforços envidados pela equipe técnica da Divisão de Obtenção de Terras, o cumprimento da meta física ficou prejudicado em razão dos seguintes fatores: grande quantidade de áreas solicitadas para vistorias, apresentando ocupações e gerando recursos judiciais dos proprietários, pouca disponibilidade de Procuradores Federais Especializados na SR para realização de análise jurídica, provocando atraso na tramitação dos processos de obtenção de terras ao programa de reforma agrária, negativa da imissão de posse em nome do INCRA, no imóvel Fazenda São Sebastião, localizado no município de Goianésia do Pará-PA, e processos antigos com problemas de instrução frente à nova legislação.

Sobre a execução orçamentária, ao fazermos uma relação direta entre o valor pago e a área obtida neste exercício, o custo médio será de R\$ 1.973,55 por hectare. Este valor retrata as diversas características econômicas dos valores médios dos imóveis rurais com benfeitorias nas diversas microrregiões de atuação desta Superintendência, conforme planilha de preços referencias de terras e imóveis rurais. Todavia, quando da elaboração da Programação Operacional(PO) do INCRA, considera-se valores financeiros inferiores, como no caso de 2009 onde utilizou-se o valor médio de R\$ 594,03 por hectare. Assim apesar do não atingimento da meta física desta ação houve a utilização de recursos orçamentários superiores a PO 2009, por se tratar o custo real do hectare de terras para a região.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
6.062,00	242.457,32	241.724,67	99,70	195.397,18	80,59	195.397,18	80,59

Fonte: SIAFI GERENCIAL

A Ação 2272 - Gestão e Administra do Programa, não possui meta física, no entanto, o recurso que é disponibilizado para esta ação é de fundamental importância para gerir as demais ações do programa 0135, considerando que este recurso é utilizado nas despesas e serviços que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Os recursos descentralizados para esta ação foram utilizados mais especificamente para atender despesas de suporte operacional na sede da SR e Unidades Avançadas, no acompanhamento e execução das Ações do Programa 0135 que compreendem: pagamento de publicações de matérias oficiais em jornal ou DOU,

aquisição de material de consumo (combustível e outros), deslocamentos através da concessões de diárias a servidores em objeto de serviços da Divisão, passagens aéreas, locação de veículos e contribuir no pagamento de outros serviços de terceiros realizados através de pessoa jurídica.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Jandir Mella

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa:

Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Fam.Atendida	5.019	0,00	3.133	0

Fonte: MONITORIA/PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
27.604.482,00	19.428.748,07	19.428.748,07	100%	862.904,10	4,44%	862.904,10	4,44%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Do limite autorizado de R\$ 19.428.748,07(dezenove milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, setecentos e quarenta e oito reais e sete centavos), devidamente empenhado, foi efetivamente pago R\$ 862.904,10 (oitocentos e sessenta e dois mil, novecentos e quatro reais e dez centavos), resultando numa execução financeira de 4,44%.

Os recursos programados nesta ação, destinam-se especificamente para realização de obras de infra-estrutura básica, implantação e recuperação de estradas vicinais e construção de pontes estaqueadas em madeira de lei nos diversos projetos de assentamento da jurisdição desta SR, dando condições de acesso e trafegabilidade a aproximadamente 3.880 famílias de trabalhadores rurais das regiões Sul e Sudeste do Pará.

Os recursos empenhados em 2009, proporcionaram a celebração de 21(vinte e um) Convênios, os quais tem como objeto a implantação de 168,68 Km de estradas vicinais e recuperação de 864,66 Km de estradas vicinais, além da construção de 238 metros de ponte estaqueada em madeira de lei e um Aditivo de Valor na ordem de R\$ 202.284,26 (duzentos e dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos) ao contrato de Locação de Patrulha Mecanizada, visando o acréscimo nos serviços resultante da recuperação de mais 30,00 Km de estradas vicinais nos Projetos de Assentamento inseridos no Município de Rio Maria/PA.

A execução das obras de infra-estrutura básica são acompanhadas e fiscalizadas pelo INCRA, através do Setor de Infraestrutura da SR.. A meta orçamentária prevista na Programação Operacional 2009 foi reduzida em 29,62%, significando na diminuição das metas físicas, prejudicando sobremaneira as famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos do Sul e Sudeste do Pará. Vale ressaltar que a baixa execução financeira de pagamento, é devido à tempestividade na descentralização dos recursos, bem como, nos procedimentos de formalização de convênios no final do exercício, sem tempo hábil para liberação das parcelas, em virtude da falta da Licença Ambiental, pré-requisito para liquidação das mesmas.

As despesas processadas e não pagas no exercício de 2009, ficaram inscritas em “Restos a Pagar”, na perspectiva de serem liquidadas no exercício seguinte.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Fam.Atendida	7.315	0,00	3.645	0

Fonte: MONITORIA/PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
3.824.031,00	2.546.622,51	2.546.622,51	100%	254.795,08	10,01%	254.795,08	10,01%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

No exercício de 2009, foi autorizada a provisão de R\$2.546.622,51 (dois milhões quinhentos e quarenta e seis mil seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e um centavos) e empenhadas despesas no valor de R\$2.546.622,51 (dois milhões quinhentos e quarenta e seis mil seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e um centavos), objetivando atender serviços de Topografia e Geodésia para georreferenciamento do perímetro e demarcação de parcelas em áreas de Projetos de Assentamento criados no âmbito da Regional, mediante contratos com empresas credenciadas para tal, na forma especificada a seguir: GEOMED – Serviços Topográficos Ltda, o valor de R\$168.550,00 (cento e sessenta e oito mil quinhentos e cinquenta reais) para executar o georreferenciamento de 277,75 km de perímetro do Lote 13; o valor de R\$153.100,00 (cento e cinquenta e três mil e cem reais) para georreferenciamento de 232,84 km de perímetro do Lote 11; e o valor de R\$327.495,00 (trezentos e vinte e sete mil quatrocentos e noventa e cinco reais) para demarcação de 597 parcelas do Lote 03. IMEDIATA – Topografia e Geodésia Ltda, o valor de R\$112.000,00 (cento e doze mil reais) para georreferenciamento de 193,17 km de perímetro do Lote 09. TOPCON – Topografia e Georreferenciamento, o valor de R\$360.150,00 (trezentos e sessenta mil cento e cinquenta reais) para demarcação de 671 parcelas do Lote 06. ENGEAGRO – Engenharia Agropecuária Ltda, o valor de R\$313.940,45 (trezentos e treze mil novecentos e quarenta reais e quarenta e cinco centavos) para demarcação de 524 parcelas do Lote 05. SETA – Serviços Topográficos Agrimensura e Construções Ltda, o valor de R\$243.643,06 (duzentos e quarenta e três mil seiscentos e quarenta e três reais e seis centavos) para demarcação de 407 parcelas do Lote 02. PROJETOP – Topografia e Geodésia Ltda, o valor de R\$101.999,00 (cento e um mil novecentos

e noventa e nove reais) para georreferenciamento de 148,05 km de perímetro do Lote 10. SERVTOP – Serviços Topográficos Ltda, o valor de R\$202.100,00 (duzentos e dois mil e cem reais) para demarcação de 339 parcelas do Lote 01. MARATOP – Marabá Topografia Ltda, o valor de R\$156.299,00 (cento e cinquenta e seis mil duzentos e noventa e nove reais), para georreferenciamento de 237,80 km de perímetro do Lote 08; o valor de R\$141.250,00 (cento e quarenta e um mil duzentos e cinquenta reais) para demarcação de 259 parcelas do Lote 04; o valor de R\$186.099,00 (cento e oitenta e seis mil e noventa e nove reais) para demarcação de 319 parcelas do Lote 07; e o valor de R\$79.997,00 (setenta e nove mil novecentos e noventa e sete reais) para georreferenciamento de 124,81 km de perímetro do Lote 12.

Em dezembro de 2009, através de Ordem de Serviço, foi criada a Comissão de Fiscalização dos Serviços Topográficos, no âmbito da SR, como o objetivo de acompanhar, fiscalizar, receber, analisar, observar os prazos de execução das medições, a vigência dos Contratos e apurar as respectivas peças técnicas, consoante as normas legais vigentes.

O georreferenciamento de 1.214,42 km de perímetro em áreas de PA's beneficiará cerca de 7.775 famílias de trabalhadores rurais, assim como cerca de 3.066 parcelas em demarcação topográfica nas áreas de assentamento rural na sua maioria, em municípios dos Territórios da Cidadania Sudeste do Pará e Sul/Alto Xingu.

Do total empenhado, foram pagos o equivalente a R\$254.795,08(duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e oito centavos), correspondente a 10% (dez por cento) do valor contratado através do Pregão Eletrônico 022/2009, para fins de instalação e mobilização dos serviços demarcatórios de acordo com o inciso XII, Art. 40 da Lei 8.666/93, conforme o Relatório de Fiscalização de Serviços Geodésicos.

A meta física programada não foi alcançada em razão da descentralização de recursos tardiamente, obediência ao prazo do procedimento licitatório, análise jurídica e homologação das propostas vencedoras no processo de licitação. No entanto, as despesas contraídas ficaram em "Restos a Pagar 2009" e os serviços estão em execução, na perspectiva de conclusão no próximo exercício.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	691	A	3	Família beneficiada	-	-	1.020	-

Fonte: PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Não foram autorizados no ano de 2009, nenhum montante de recursos para esta ação, devido a fatores externos, como por exemplo a inadimplência de algumas instituições proponentes e também ao número reduzido de servidores para tratar de tal ação, desta forma os esforços ficaram concentrados no acompanhamento dos convênios firmados anteriormente para atender 2150 famílias em 87 Projetos de

Assentamento do Sul e Sudeste do Pará. O objetivo da ação Fomento à Agroindustrialização e a Comercialização-Terra Sol, é propiciar o incremento de renda dos Projetos de Assentamento, através de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Doc.Tit Exp	0	2.037	2.636	-

Fonte: MONITORIA/PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	321.943,29	321.528,61	99,87	316.068,81	98,17	316.068,81	98,17

Fonte: SIAFI GERENCIAL

A execução desta ação vem sendo prejudicada anualmente na sua programação de meta física, em razão da dificuldade em se realizar os trabalhos de georreferenciamento nos lotes dos Projetos de Assentamento. No decorrer do exercício de 2009, apesar de não ter sido programado limite orçamentário, foi autorizada a provisão de R\$ 321.943,29 (trezentos e vinte e um mil, novecentos e quarenta e três reais e vinte e nove centavos), e empenhadas despesas no valor de R\$ 321.528,61 (trezentos e vinte e um mil, quinhentos e vinte e oito reais e sessenta e um centavos), para atender despesas vinculadas a execução desta ação. O valor pago de R\$ 316.068,81 (trezentos e dezesseis mil, sessenta e oito reais e sessenta e um centavos), foi utilizado na sua maior parte com deslocamentos de servidores para efetuar levantamentos em imóveis rurais, com vistas a titulação de cerca de 2.000 lotes nos Projetos de Assentamento Buritirana e Cinturão Verde, localizados no município de Itupiranga/PA, prejudicado em função da falta de conclusão de georreferenciamento das áreas, com previsão de execução no decorrer do exercício de 2010. No fluxo das viagens, ocorreram despesas com concessões de diárias, aquisição de combustível, locação de veículos e manutenção de veículos do órgão no retorno das

viagens devido a precariedade das estradas da região.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infraestrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

* AÇÃO NÃO PROGRAMADA EM 2009.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Unid. Prod Atendida	1.070	0	544	0

Fonte: MONITORIA/PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.069.724,00	101.142,75	89.485,56	88,47%	89.485,56	88,47%	89.485,56	88,47%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

A Ação 2B06, tem por finalidade implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando à recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária. Contudo, como a Superintendência não possui pessoal suficiente para execução direta de projetos dessa natureza, existe a necessidade que sejam demandados projetos na linha de recuperação ambiental e/ou manejo de recursos naturais nos projetos de assentamento, o que não ocorreu no ano de 2009. Por isso, os recursos da Ação gastos no ano de 2009, que representam apenas 8,36% do total previsto no orçamento, foram empregados basicamente em ações de monitoramento e fiscalização dos recursos naturais, ou seja,

em ações de fiscalização de desmatamento ilegal e fabricação de carvão e em levantamento de demanda e proposição de projetos que não chegaram a ser implantados por impedimento legal das associações dos agricultores.

Foram realizadas ações de fiscalização em parceria com o IBAMA em dois projetos de assentamento que tiveram denúncias de desmatamento ilegal, as quais beneficiarão indiretamente mais de 800 famílias e mais de 20.000 ha floresta destinada à reserva legal. O recurso também foi utilizado para monitoramento policial da reserva legal do Projeto de Assentamento Padre Josimo Tavares, localizado no município de Conceição do Araguaia, que sofre constante ameaça de ocupação e roubo de madeira. O Assentamento possui reserva legal de 26.862 ha em bom estado de preservação.

Diversos fatores podem justificar a ausência de propostas para projetos de manejo e recuperação de áreas degradadas em projetos de assentamento, tais como: ausência e/ou descontinuidade dos serviços de assistência técnica nos projetos de assentamento; projetos de assentamento ainda sem licença ambiental; projetos de assentamento sem reserva legal definida e demarcada. Além disso, como a aplicação dos recursos da Ação é geralmente de forma coletiva e direta, ou seja, deve envolver dezenas de famílias de um assentamento e a legislação não permite que as famílias beneficiárias realizem a aplicação direta dos recursos, estas não vêem motivação para dedicar parte de seu tempo diário em atividades que não lhes proporcionam um retorno imediato. Isto ocorre porque, em geral, as famílias assentadas da região ainda possuem como prioridade imediata a sobrevivência. As atividades produtivas desenvolvidas por elas ainda não lhes permitem sobras, ou melhor, excedente de produção para comercialização. Dessa forma, a execução de um projeto de recuperação ambiental de maneira indireta, sem a participação efetiva das famílias proprietárias dos lotes envolvidos, está fadado ao fracasso; pois qualquer atividade que envolva plantio de mudas exige manutenção diária por no mínimo três anos consecutivos. Nesse aspecto, mesmo projetos com contratação de empresas especializadas para execução dos serviços, não atende as necessidades de projetos dessa natureza, visto que os contratos são em geral anuais.

Para superar esses obstáculos, buscou-se no ano de 2009 parcerias com prefeituras, associações e órgãos governamentais como o IDEFLOR (Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará) que devem ser concretizadas em forma de projetos no ano de 2010. Além disso, foi criado no final do ano de 2009 pelo INCRA/Sede, o Programa da Agrobiodiversidade, cujo objetivo principal é implantar sistemas agroflorestais (SAFs) nos projetos de assentamento como forma de conciliar recuperação ambiental e geração de renda pelas famílias. Nesse programa prever a concessão de um crédito no valor de R\$ 2.400,00 por família como forma de incentivo à adesão em projetos de implantação de SAFs, além de fornecer capacitação e a infraestrutura mínima necessária à implantação dos sistemas, tais como: fornecimento de mudas e/ou sementes, ou construção de viveiros e fornecimento de sementes, bem como auxílio no preparo das áreas para plantio.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva;

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
-	-	A	3	Fam.Atendida	10.571	2.588	4.512	24,48%

Fonte: MONITORIA/PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
119.447.721,00	126.384.400,00	126.384.400,00	100%	23.833.800,00	18,86%	23.833.800,00	18,86%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Do limite autorizado de R\$ 126.384.400,00 (Cento e vinte e seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos reais), foram empenhados (100%) R\$ 126.384.400,00 (Cento e vinte e seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos reais), com a finalidade de beneficiar 21.186 famílias assentadas no programa de reforma agrária, e efetivamente pagos R\$ 23.833.800,00 (Vinte três milhões, oitocentos e trinta e três mil e oitocentos reais), resultando numa execução financeira da ordem de 5,3 %, beneficiando, ainda no exercício 2009, aproximadamente 5.958 famílias, o que representa 4 % das famílias atendidas com a concessão de crédito Instalação nas modalidades Apoio Inicial, Fomento, Adicional de Fomento, Apoio Mulher, Aquisição de Material de Construção, Aquisição de Material de Construção/Recuperação da moradia nos Projetos de Assentamentos. No Território da Cidadania Sudeste Paraense e Sul/Alto Xingu, foram efetuados pagamentos no montante de R\$ 14.983.600,00 (Quatorze milhões, novecentos e oitenta e três mil e seiscentos reais), ficando em Restos a Pagar para o exercício 2010 o total de R\$ 102.550.600,00 (Cento e dois milhões quinhentos e cinquenta mil e seiscentos reais).

O valor empenhado no Território da Cidadania: R\$ 45.269.886,00 (Quarenta e cinco milhões, duzentos e sessenta e nove mil e oitocentos e oitenta e seis

reais) e Fora do Território da Cidadania o valor de R\$ 81.114.514,00 (Oitenta e um milhões , cento e quatorze mil e quinhentos e quatorze reais).

O incremento orçamentário possibilitou o cumprimento da meta programada e o atendimento de uma demanda orçada no Programa Crédito Instalação, beneficiando parcialmente famílias assentadas em Projetos de Assentamento com crédito instalação de Apoio Inicial, Fomento, Adicional de Fomento, Apoio Mulher, Aquisição de Material de Construção, AMC/Recuperação da moradia familiar, que visa garantir a segurança alimentar das famílias e suprir suas primeiras necessidades básicas, através da aquisição de bens de consumo essenciais e indispensáveis á melhor qualidade de vida do agricultor (Comida, remédios, insumos agrícolas, ferramentas de trabalhos, animais de criação etc) assim como, crédito para aquisição de material de construção e recuperação da habitação rural e saneamento básico, com o propósito de fixar e oferecer condições básicas de conforto e segurança ao agricultor no seu lote de terra e torná-lo auto sustentável . Além do crédito fomento, que visa o fortalecimento das atividades produtivas em torno das moradias dos assentados (bens de produção, insumos, mudas certificadas, matrizes, maquinas agrícolas etc). Dado o universo de Projetos beneficiados na ação de concessão de crédito instalação, mesmo assim, dentro das limitações orçamentárias os técnicos da SR realizam constantemente o acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos nos Projetos de Assentamento contemplados.

As despesas processadas e não pagas no exercício de 2009, ficaram inscritas em “Restos a Pagar”, bloqueadas em contas de associações, na perspectiva de serem liquidadas no exercício seguinte.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.364.233	2.405.592,03	2.401.733,95	99,84%	2.348.322,05	97,62%	2.347.270,96	97,58%

Fonte: SIAFI / PO

Do limite autorizado para esta ação, R\$ 2.405.592,03 (Dois milhões, quatrocentos e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e três centavos), foram efetivamente pagos R\$ 2.347.270,96 (Dois milhões, trezentos e quarenta e sete mil, duzentos e setenta reais e noventa e seis centavos), resultando na execução financeira da ordem de 97,5%. Esses recursos foram utilizados para atender despesas de suporte operacional na sede da SR e Unidades Avançadas, com acompanhamento e execução das ações do programa que compreendem: concessões de diárias, passagens, material de consumo (combustíveis e outros), locação de veículos, manutenção de veículos e outros serviços de terceiros realizados através de pessoa física ou jurídica. Das ações realizadas, pode-se destacar o cadastramento de famílias de PA's no âmbito da SR, do qual abrangeram 418 Projetos de Assentamento com capacidade total de 76.045

famílias, e destas, 65.286 constam em Relação de Beneficiários. Compareceram no recadastramento 34.930 famílias, que corresponde a 53,50% entre regulares: 23.042 famílias, correspondendo a 66%, e irregulares: 11.888 famílias, correspondendo a 34%.

Este trabalho de recadastramento consiste de coleta de informações e vistorias in loco de parcelas dos beneficiários da reforma agrária, para averiguação quanto ao seu estado de regularidade. Como resultado desta tarefa, 2.941 novas famílias de 239 Projetos de Assentamento (incluindo os criados no ano de 2009), com capacidade total de 63.012 famílias, foram incluídas em Relação de Beneficiários, e dessa forma, constando no Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária desta Autarquia.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: José Alves Rodrigues Filho

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Coordenação Geral de Cadastro Rural

Unidades executoras: Superintendências Regionais/Divisão de Ordenamento Fundiário

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	125	A	3	Imóvel Gerenciado	5.747	2.008	3.800	34.93%

Fonte: MONITORIA/ PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
51.724,00	144.229,68	103.357,35	71,65%	103.357,35	100%	103.357,35	71,66%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

O Gerenciamento do Cadastro Rural é tido como a atividade responsável pela organização, manutenção e atualização dos cadastros de imóveis rurais e seus detentores no SNCR.

No ano de 2009, foi realizado em conjunto com o INCRA/Sede, uma força-tarefa com a participação de 05(cinco) servidores de outras Superintendências Regionais, no intuito reduzir o passivo de processos de Fiscalização Cadastral. Dos 300(trezentos) processos existentes no Setor de Cadastro Rural aproximadamente 180(cento e oitenta) foram encerrados diminuindo assim, expressivamente o passivo existente. Para realização de tal operação, foram necessárias várias diligências a Cartórios da região pela equipe de trabalho, daí a motivação para o aumento da provisão prevista na PO 2009, sendo esse gasto praticamente realizado com deslocamento de servidores mediante concessões de diárias e aquisição de combustível.

Ainda neste exercício, realizou-se capacitação para servidores das Prefeituras Municipais responsáveis pelas Unidades Municipais de Cadastro Rural – UMC's, tendo comparecido representantes de 19(dezenove) Prefeituras de um total de 37(trinta e sete). A baixa execução física, deu-se em razão da meta superestimada que fora estabelecida pela coordenação nacional da ação, em desacordo com a real situação de imóveis susceptíveis de gerenciamento pela SR.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

*AÇÃO NÃO APLICÁVEL À UJ.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Edvaldo Gomes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área med e georrefenc(ha)	1.873,0000	120.007,1901	2.647.313	6407,22%

Fonte: MONITORIA/PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
29.220,00	29.220,00	29.220,00	100,00%	29.220,00	100,00%	29.220,00	100,00%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

No ano de 2009, foi concluído o georreferenciamento do perímetro da Gleba Moju - 1ª e 2ª Partes, localizada nos municípios de Breu Branco e Goianésia do Pará, totalizando 211.204,68 metros de perímetro, o que correspondeu a 120.007,1901ha de área medida. A informação de área se refere à Gleba e não ao somatório de áreas e, processo de regularização.

Ainda há Glebas contratadas que ainda não foram recebidas ou que foram recebidas e devolvidas para correções conforme o quadro abaixo:

Glebas Georreferenciadas em processo de correção/ajustes e/ou ainda não recebidas:

Gleba	Município	Área (ha) - Matrícula
Buritirana I	Itupiranga	16.270,0000
Buritirana II	Marabá	1.100,0000
Café I	Marabá	43.310,0000
Café II	Itupiranga	17.665,0000
Geladinho II	Nova Ipixuna	59.300,0000
Pitinga I	Rondon do Pará	114.820,0000
Pitinga II	Goianésia do Pará	33.680,0000
Tocantins	Breu Branco	12.446,0000
Valentin	Nova Ipixuna	16.300,0000
Xingu	São Félix do Xingu	218.644,5000
Pombal	Pombal	90.000,0000
TOTAL		623.535,5000

Ressaltamos que houve atraso na conclusão destes trabalhos previstos para serem entregues em 2009, no entanto, só devem ser finalizados em 2010. Desta forma, os contratos realizados foram anteriores a este exercício. O Georreferenciamento do perímetro das Glebas é condição indispensável para que se possa dar destinação às terras públicas ainda matriculadas em nome da União.

No âmbito do Comitê Regional de Certificação, foram analisados 405(quatrocentos) processos de pedido de certificação dos quais 18(dezoito) tiveram suas peças técnicas certificadas, de acordo com a Norma Técnica, somando 173.171,1105 hectares.

A execução física não foi registrada no quadro, pelo fato de não ter sido estabelecida meta física por ocasião da elaboração da programação operacional de metas 2008 das SR's, cuja decisão ficou centralizada no INCRA/DF, ocorreu apenas descentralização de recursos para execução da ação, de acordo com a conveniência e necessidade de sua utilização.

Glebas Georreferenciadas recebidas anteriormente e no ano de 2009.

Gleba	Município	Área (ha) - Medida	Relatório de Gestão
Tapirapé	Marabá	108.560,6104	2008
Alcobaça	Breu Branco	106.509,5631	2008
Mojú 1ª e 2ª Parte	Breu Branco e Goianésia do Pará	120.007,1901	2009
		335.077,3636	

Sobre a execução financeira de R\$ 29.220,00 (Vinte e nove mil, duzentos e vinte reais) pela UJ na ação 4426, refere-se principalmente a despesas com deslocamento de servidores mediante concessões de diárias, aquisição de combustível e locação de veículos para acompanhamento e fiscalização dos serviços contratados

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área regularizada(ha)	0	0	14.170	0

Fonte: SIAFI /PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	385.335,00	384.703,19	99,84%	310.833,19	80,67%	310.833,19	80,67%

Fonte: SIAFI GERCIAL

Em razão das Glebas arrecadadas em nome da União não se encontrarem georreferenciadas, a execução física desta ação ficou prejudicada, assim como os resultados esperados quanto à destinação das posses que se enquadram na Lei 11.952, de 25 de junho de 2009.

Estão sendo realizadas ações de georreferenciamento em 12(doze) Glebas Federais (perímetro de Gleba), sendo que 4(quatro) já foram executadas e 8(oito) encontram-se em processo de execução. Nas duas áreas já executadas (Gleba Alcobaça, município de Breu Branco e Gleba Tapirapé, município de Marabá), o INCRA realizou o levantamento ocupacional nas Glebas Tapirapé e Buritiana I e II (Marabá e Itupiranga). Foi também iniciado o trabalho de vistorias rurais na Gleba Tapirapé com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2010.

Parte do recurso destinado a ação de regularização fundiária foi utilizado nas ações preparatórias que vão possibilitar o resultado dessa ação. O valor das diárias previstas na PO teve que ser revisto pois houve um aumento significativo no valor das diárias no decorrer do exercício.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação**Tipo da Ação:** Atividade.**Finalidade:** Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.**Descrição.** Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE**Coordenador nacional da ação:** Márcio Marreck Berbigier**Unidades executoras:** Superintendências Regionais**Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ****Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área c/proc impetrado(ha)	-	-	63.000	-

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

*AÇÃO NÃO PROGRAMADA EM 2009.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, sócio-econômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	127	A	3	Área diagnosticada destinada(ha)	0	827.466,2939	404.000	0

Fonte: MONITORIA/ PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
0,00	467.234,00	465.346,21	90,60	287.746,21	61,59%	287.746,21	61,59%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Foram realizados 3.973 cadastros para o Programa Terra Legal em 27 municípios, cujo total de área abrangida (ato declaratório) foi de 827.466,2939ha, com média de 208,2724ha/posse, distribuídos conforme quadro abaixo:

MUNICIPIOS DA DIVISÃO MARABÁ	Nº DE CADASTROS REALIZADOS	ÁREA (ha)	MÉDIA DE ÁREA POR POSSE
Bom Jesus do Tocantins	11	6.526,5568	593,3233
Brejo Grande do Araguaia	1	100,0000	100,0000
Breu Branco	291	37.332,8391	128,2915
Canaã dos Carajás	4	255,0183	63,7546
Curionópolis	2	581,0000	290,5000
Eldorado do Carajás	28	3.442,5701	122,9493
Goianésia do Pará	393	46.885,0903	119,3005
Itupiranga	297	56.223,4235	189,3045
Jacundá	156	15.745,8428	100,9349
Marabá	441	93.766,1590	212,6217
Nova Ipixuna	7	2.051,6380	293,0911
Novo Repartimento	969	215.162,0697	222,0455
Pacajá	726	223.556,4425	307,9280
Palestina do Pará	1	50,0000	50,0000

Parauapebas	5	471,7303	94,3461
Rio Maria	1	290,4001	290,4001
Rondon do Pará	191	27.387,3231	143,3891
Santa Maria das Barreiras	17	6.645,8924	390,9348
Santana do Araguaia	1	952,0000	952,0000
São Domingos do Araguaia	1	25,0000	25,0000
São Félix do Xingu	417	84.986,0960	203,8036
São João do Araguaia	1	100,0000	100,0000
Tucumã	1	163,1235	163,1235
Tucuruí	8	2.209,1487	276,1436
Xinguara	3	2.556,9197	852,3066
TOTAL	3.973	827.466,2939	208,2724

Os trabalhos de cadastramento foram iniciados acompanhando a agenda dos mutirões Arco-Verde/Terra Legal em Marabá, Itupiranga, Novo Repartimento, Pacajá, Rondon do Pará, São Felix do Xingu, Cumaru do Norte, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia. Durante o mutirão foram cadastrados posseiros de vários municípios, conforme tabela acima.

Já nas ações planejadas somente pelo Programa Terra Legal, foram trabalhados 07(sete) municípios: Marabá, Itupiranga, Novo Repartimento, Pacajá, Breu Branco, Goianésia do Pará e Jacundá/PA.

Outro trabalho desenvolvido pelo Programa Terra Legal, foram as audiências públicas em vários municípios para divulgação do Programa e esclarecimentos sobre a legislação de regularização fundiária. O valor das diárias previstas na PO teve que ser revisto, pois houve um aumento significativo no valor das diárias no decorrer do exercício.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
R\$27.355,00	57.072,85	56.631,66	99,23%	56.631,66	99,23%	56.631,66	99,23%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Os recursos foram usados em parte para aquisição de combustível, passagens aéreas, locação de veículos e concessão de diárias pela Coordenação em atividades ligadas a administração e execução do programa. Os valores das diárias previstas na PO teve que ser revisto, pois houve um aumento significativo no decorrer do exercício.

2.3.4 - Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Daniel Maia.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eulina Vale de Figueiredo

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁴

⁴ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	128	A	3	Servidor Capacitado	106	136	129	128,30

Fonte: MONITORIA / PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
26.387,00	63.822,53	57.571,85	90,21%	54.083,85	84,74%	54.083,85	84,74%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Da provisão recebida de R\$ 63.822,53 (sessenta e três mil oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e três centavos) foram pagos R\$ 54.083,85 (cinquenta e quatro mil oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos), resultando numa aplicação financeira de 84,73%, e proporcionando uma execução física de 128,30%, correspondente a 136(cento e trinta e seis) capacitações de servidores. Com carga horária de 3500h, o que leva a uma média de 25,73h/servidor capacitado, e uma média de 14h/por servidor, visando buscar desenvolvimento profissional, voltado para as necessidades da instituição. De acordo com o Plano Anual de Capacitação, destacamos os principais eventos com participação de servidores desta Superintendência:

- . Oficina de Ações de Crédito Instalação, ATES, PRONAF e IN 47 (Belém-PA)
- . Procedimentos de Titulação em Projetos de Assentamento e SIPRAWEB (Brasília-DF)
- . Oficina de Crédito Instalação (Marabá-PA)
- . Manual de Cadastro Rural (Belém-PA)
- . Pregoeiro (Marabá-PA)

Quanto a descentralização de recursos, vale ressaltar as peculiaridades desta Superintendência Regional quanto a sua localização, pois está situada em uma região que ainda não dispõe de instituições ou entidades que realizem treinamentos voltados para as áreas de interesse desta Autarquia. Também a contratação para realização de cursos *in loco*, geram um custo muito alto tendo em vista as dificuldades de acesso a região, bem como de abrangência do curso, pois cada setor da Superintendência necessita de cursos específicos.

Pelo exposto, uma das desvantagens da descentralização de recursos para capacitação foi a falta de vinculação para aquisição passagens e diárias, pois o prazo de antecedência de 30 (trinta) dias previsto na IN nº 52/2009 para a solicitação destes recursos, tornou inviável a participação de servidores em alguns cursos relevantes.

2.3.5 - Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Salete das Graças Farias Ferreira

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos - DOAMC

Coordenador nacional da ação: Gercino José da Silva Filho

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação: GAB/OAR

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: MDA/INCRA

Na ação do Programa, a Ouvidoria Agrária Regional da SR(27), aplicou os recursos descentralizados com a locação de veículos (camionete) e aquisição de combustível, visando sua utilização na realização de diligências para apuração de crimes ambientais, agrários e comuns em vários municípios do Pará pela Delegacia Especializada de Conflitos Agrários de Marabá e Redenção; aquisição de lonas plásticas para distribuição entre as 11.133(onze mil, cento e trinta e três) famílias acampadas em nossa jurisdição; concessões de diárias a servidores para operacionalização do programa com visitas em campo, participação em cursos e seminários, em operações policiais, aquisição, distribuição e controle de cestas de alimentos em acampamentos da região de abrangência da SR. A execução física não foi registrada no quadro, pelo fato de não ter sido estabelecida meta física por ocasião da elaboração da programação operacional de metas 2009 da SR, cuja decisão ficou centralizada no MDA/DOAMC. Ocorreu apenas descentralização de recursos para execução da ação, à cargo da Ouvidoria Agrária Regional.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	631	A	3	Fam.Acampada Assistida	458	40.408	0	8.822,71%

Fonte: MONITORIA / PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
51.350,00	281.202,73	264.429,45	94,04%	178.512,95	63,48%	178.512,95	63,48%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Ação 4284: Prevenção de Tensão Social no Campo

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade.

Finalidade: Identificar e controlar possíveis situações de conflitos relativas às famílias acampadas, trabalhadores vulneráveis ao trabalho escravo ou vítimas do trabalho escravo, comunidades carentes, focos ou bolsões de pobreza no campo, assentados da reforma agrária, quilombos, índios, extrativistas e garimpeiros.

Descrição: Monitoramento e controle das possíveis situações de conflito no campo, por meio de ações de assistência social e de resgate da cidadania, tais como: fornecer alimentação, atendimento à saúde, educação, organização de uma produção mínima e capacitação para a inclusão social, através da presença do Estado, visando o resgate da cidadania.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos - DOAMC

Coordenador Nacional da ação: Gercino José da Silva Filho

Unidades executoras: Superintendência Regional

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação: GAB/OAR

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: MDA/INCRA

Ficou demonstrada no decorrer do exercício, uma considerável diminuição dos índices de violência envolvendo conflitos agrários, devido operações em conjunto com DECA, IBAMA e INCRA custeado pela ação, devido trabalho proativo de orientação aos acampados feito pelos servidores lotados na Ouvidoria Agrária Regional. A execução física não foi registrada no quadro, pelo fato de não ter sido estabelecida meta física por ocasião da elaboração da programação operacional de metas 2009 da SR, cuja decisão ficou centralizada no MDA/DOAMC. Ocorreu apenas descentralização de recursos para execução da ação, à cargo da Ouvidoria Agrária Regional em Marabá/PA.

Ação 4300: Atendimento de Denúncias – Ouvidoria Agrária Nacional

Dados Gerais da Ação

Tipo: Atividade.

Finalidade: Atender, encaminhar e responder às denúncias relacionadas a tensões sociais no campo e a conflitos agrários.

Descrição: Recepção, triagem e distribuição das denúncias para análise e depuração, com o subsequente encaminhamento às autoridades competentes para apuração, promovendo o monitoramento e controle dos respectivos andamentos, respondendo e arquivando o resultado.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas: Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos - DOAMC

Coordenador Nacional da ação: Gercino José da Silva Filho

Unidades executoras: Superintendência Regional

Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação: GAB/OAR

Competências institucionais requeridas para a execução da ação: MDA/INCRA

No ano de 2009, foram realizadas elaborações de relatórios de campo para subsidiar a Defensoria Pública, bem como a Procuradoria do INCRA em situações de litígios entre famílias

de trabalhadores rurais. A execução física não foi registrada no quadro, pelo fato de não ter sido estabelecida meta física por ocasião da elaboração da programação operacional de metas 2009 da SR, cuja decisão ficou centralizada no MDA/DOAMC. Ocorreu apenas descentralização de recursos para execução da ação, à cargo da Ouvidoria Agrária Regional em Marabá/PA.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Alexandro da Anunciação Reis

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

Principais Ações do Programa

⁶ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

*AÇÃO NÃO EXISTENTE NA SR.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

*AÇÃO NÃO EXISTENTE NA SR.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: César José de Oliveira.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ana Maria Martins Barros

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as Superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06/MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 Superintendências Regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁷

⁷ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

*AÇÃO NÃO PROGRAMADA EM 2009.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
-	-	-	3	-	Prof. capacitados	-	50	-

Fonte:

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2008	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

*AÇÃO NÃO PROGRAMADA EM 2009.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sócio-política e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	363	A	3	Profissional Formado	100	0,00	145	0

Fonte: MONITORIA / PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
150.858,00	332.286,56	332.286,56	100%	0,00	0	0,00	0

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Nos cursos de LETRAS e PEDAGOGIA, foram empenhadas as parcelas de 2009, porém as mesmas não foram pagas em função do atraso nas prestações de contas, motivado por problemas internos do Programa, tais como: a proibição do pagamento de bolsas aos professores com vínculo no serviço público, por força de um Parecer do MEC, e igualmente a proibição de bolsas aos alunos, por não dispor de legislação que autorize. Este episódio desestruturou o Programa e os Cursos que estavam em execução em 2009, sofreram forte impacto. Uma das saídas encontradas pela Coordenação Nacional do Programa foi a instituição do PRONERA em Projeto de Lei. O que não deu certo. Outra saída foi realizar os convênios para pagamento das bolsas separadamente, através do CNPq. Logo depois veio a orientação do TCU, que a execução do PRONERA se desse através de Contrato, precedido de procedimento licitatório, e não de Convênio. Essa orientação abalou mais ainda o Programa que tem uma característica que não combina com Contrato, muito menos com processo licitatório. Enquanto era desautorizada a realização de novos Cursos por meio de Convênios pelo Presidente do INCRA. Os Convênios em vigência sofreram uma visível “baixa”, pois os alunos não tinham recursos financeiros para se deslocarem de suas áreas e os professores tinham que se “desdobrar” entre suas obrigações e o PRONERA sem nenhuma remuneração. A alternativa criada foi fazer outro instrumento para continuar o programa, e foi instituído o Destaque Orçamentário, que é feito entre instituições federais de ensino e não mais Convênios. Embora a decisão do TCU não se referisse aos convênios antigos (em vigência) e sim a novos convênios, esta decisão abalou consideravelmente os Coordenadores e alunos dos Cursos em execução e houve um atraso generalizado na apresentação das Prestações de Contas, uma vez que todos os Planos de Trabalho tiveram que ser alterados, já que foram extintas as rubricas 3390.18 – Auxílio Financeiro a Estudantes e a 3390.20 – Auxílio Financeiro à Pesquisador do Programa. A interpretação correta e clara da decisão do TCU, levou muito tempo e por não entender exatamente o que estaria sendo proibido ou permitido no âmbito do Programa, alguns Coordenadores de Curso, temerosos de uma retaliação futura, deixaram de gastar os recursos que já estavam disponíveis na conta do Convênio. Foi assim que as parcelas de 2009 no valor de R\$ 332.286,56 foram empenhadas, mas não chegaram a ser pagas.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
15.000,00	23.729,00	20.725,29	83,34%	20.725,29	83,34%	20.725,29	83,34%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Diante dos fatos, além do acompanhamento normal dos Cursos, visitas aos alunos em suas áreas, viagens de monitoramento nos Projetos de Assentamento contemplados, foram necessárias inúmeras reuniões, viagens e discussões com os parceiros e muitas das viagens se deram em conjunto com as SR's do Pará (SR-30 e SR-01) em Belém, envolvendo os asseguradores do Programa, Procuradores do INCRA, Procuradores da FADESP e da UFPA e os coordenadores dos Cursos programados.

2.3.8 - Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Adoniram Sanches Peraci

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	606	A	3	Fam.Assistida	12.510	0	33.468	0

Fonte: MONITORIA / PO

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
9.547.664,00	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

O limite programado foi de R\$ 9.457.664,00 (nove milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil seiscientos e sessenta e quatro reais), o empenho não

foi efetivado, nem realizado o processo de licitação para contratação dos serviços de ATES, isto devido ao complicado tipo de certame praticado até então, “Melhor Técnica e Preço”, aliado a escassez de servidores na PFE/R(Procuradoria Federal Especializada). Assim sendo, não foi possível a análise em tempo hábil, do processo licitatório que daria origem aos novos contratos de ATES para atender mais aproximadamente 12.500(doze mil e quinhentas) famílias de assentados. Dessa forma, a meta dessa ação ficou prejudicada, na perspectiva da formulação de uma nova política nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e reforma agrária, seja retomado em 2010, o programa de desenvolvimento sustentável no meio rural, mediante a elaboração dos planos de trabalho à vista do limite orçamentário aprovado na programação operacional.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
84.549,00	202.305,20	199.771,97	98,75%	181.642,02	89,79%	181.642,02	89,79%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Do limite autorizado de R\$ 202.305,20 (Duzentos e dois mil trezentos e cinco mil e vinte centavos), foram empenhados e pagos 90% do total provisionado. Os recursos desta ação foram utilizados mais especificamente para atender despesas de suporte operacional no acompanhamento e fiscalização das Ações do Programa que compreendem: concessões de diárias, locação de veículos, passagens, material de consumo (combustível etc), e outros serviços de terceiros, para dar acompanhamento em 11(onze) contratos efetuados no final de 2008, que resultaram no atendimento de 27.443 famílias com serviços de ATES, 6.039 famílias com elaboração de PDA's e 6.367 famílias com elaboração de PRA's, mais 2.150 famílias com o programa "Terra Sol".

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	122	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
1.023.431,00	2.590.167,31	2.576.261,84	99,46	2.011.471,88	77,65	2.006.687,41	77,47

Fonte: SIAFI GERENCIAL

No exercício de 2009, foi autorizada a provisão de R\$ 2.590.167,31 (dois milhões, quinhentos e noventa mil, cento e sessenta e sete reais e trinta e um centavos), e empenhadas despesas no valor de R\$ 2.576.261,84 (dois milhões, quinhentos e setenta e seis mil, duzentos e sessenta e um reais e oitenta e quatro centavos), para atender as demandas de natureza administrativa. O valor efetivamente pago de R\$ 2.006.687,41 (dois milhões, seis mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e um centavos) com despesas da ação, resultou numa aplicação financeira de 77,89% em relação ao empenhado. Os recursos descentralizados para esta ação, foram utilizados mais precisamente para atender despesas de suporte operacional das atividades administrativas da SR, destacando-se àquelas de maior peso no cômputo das despesas, ou seja, às que dizem respeito a locação de mão-de-obra dos contratos de serviços terceirizados nos setores de vigilância, limpeza e conservação predial, digitadores, telefonistas e copeiragem, além do custeio de serviços essenciais com energia elétrica, telefonia fixa e móvel (celular), e outras despesas de apoio às atividades administrativas na sede da SR e Unidades Avançadas. Quanto a aplicação dos recursos em Despesas de Capital, destacamos o investimento na contratação de empresa especializada para execução dos serviços de construção da Sub-Estação de Energia Elétrica, com o objetivo de equacionar os problemas de sobrecarga na rede elétrica da sede da Regional, e por conseguinte, evitar panes e queimas de equipamentos de informática, telecomunicações etc. No intuito de suprir demandas necessárias em diversos setores da SR, foram adquiridos Mobiliário em geral e Impressoras de documentos.

Quanto ao pagamento de proventos remuneratórios dos servidores da SR, o controle orçamentário e financeiro das despesas fica centralizado no INCRA Sede em Brasília/DF, e gerenciado através da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Humano subordinada a Diretoria de Gestão Administrativa-DA.

As despesas processadas e não pagas no exercício de 2009, ficaram inscritas em “Restos a Pagar”, na perspectiva de serem liquidadas no exercício seguinte.

PROGRAMA 0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

Dados Gerais do Programa

Tipo de programa: Previdência de Inativos e Pensionistas da União.

Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores da União, Inativos, Pensionistas e seus dependentes.

Objetivo Específico: Atender os servidores enquadrados no programa.

Gerente do programa: Ronaldo Alves de Souza

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eulina Vale de Figueiredo

Público-alvo (beneficiários): Pessoa beneficiada

Principais Ações do Programa

Ação 0181 - Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Cíveis.

Dados Gerais da Ação

Finalidade: Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.

Descrição: Pagamentos de Proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.

Coordenador Nacional da Ação: Ronaldo Alves de Souza

Unidades executoras: SR/Serviço de Desenvolvimento Humano

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
-	1.680,01	1680,00	100%	1.680,00	100%	-	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Através do programa 0089 – ação: 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões (Servidores Cíveis), foi autorizada a provisão no valor de R\$ 1.680,01 (um mil, seiscentos e oitenta reais e um centavos), e empenhada e executada a despesa no valor de R\$ 1.680,00 (um mil, seiscentos e oitenta reais), com o pagamento de auxílio-funeral pela morte de ex-servidor do INCRA.

2.3.9.2 Ação 2003 - Ações de Informática

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

Descrição: Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infra-estrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e softwares.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Francisco Marcelo Marques Lima

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função (a)	Subfunção (b)	Tipo da Ação (c)	Prioridade (d)	Unidade de Medida (e)	Meta prevista PO 2009 (f)	Meta realizada (g)	Meta a ser realizada em 2010 (h)	Percentual da Meta realizada (i = g/f)
21	126	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ

PO 2009	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (f)	% (g=f/b)
42.000,00	251.729,85	247.753,31	98,42	140.071,97	55,64	140.071,97	55,64

Fonte: SIAFI GERENCIAL

A Diretoria de Gestão Estratégica desenvolve, desde o ano de 2003, um conjunto de ações para melhorar a eficiência dos serviços prestados pelo INCRA. Neste contexto, destaca-se a modernização e atualização do parque computacional, realizada a partir da identificação das reais necessidades da Autarquia. Nos termos do Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação do INCRA, as aquisições de equipamentos devem ocorrer a partir de critérios técnicos que assegurem maior rapidez, robustez e confiabilidade no tráfego de dados e informações da Instituição.

Com o advento da Portaria/INCRA/P/Nº 70, de 29 de março de 2006 que disciplina a utilização dos recursos de Tecnologia da Informação nas unidades do INCRA, o uso dos meios tecnológicos veio preservar a segurança do acervo de informações cadastradas nos diversos bancos de dados existentes na Rede Nacional de Comunicações de Dados no âmbito do INCRA. Os recursos de tecnologia da informação são de uso exclusivo para a execução das atividades do INCRA, e como tal, o usuário dos serviços deve se portar dentro das regras estabelecidas na Portaria.

Objetivando atender a prestação de serviços terceirizados de suporte técnico em equipamentos de informática de diversas marcas e modelos, foi firmado contrato com a empresa M. da Silva Rodrigues & Cia. Ltda, para manutenção

preventiva, corretiva e evolutiva executadas por 02(dois) técnicos residentes habilitados para tal na sede da SR, no horário de expediente. Ficou estabelecido no contrato o valor mensal de R\$ 4.171,51 (quatro mil, cento e setenta e um reais e cinquenta e um centavos), por um período de 12(doze) meses, com cláusula de acompanhamento e fiscalização na execução dos serviços e cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas à cargo da contratada. O acompanhamento do contrato está sendo exercido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, vinculado a Assessoria de Planejamento da SR. Cabe registrar a existência dos contratos de serviços de Internet instalados nas sedes das Unidades Avançadas de Tucuruí, Conceição do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São Felix do Xingu/PA, de suma importância no desenvolvimento dos trabalhos de cada uma, e cujos recursos de custeio das despesas são repassadas através da Superintendência, assim como para fazer face a outras despesas na área de informática.

Vale destacar, a iniciativa tomada pelo Núcleo de Tecnologia da Informação da SR, de ter desenvolvido este ano, o sistema de suporte ao usuário pela rede INCRANET, dada a necessidade de simplificar e abreviar o tempo de chamamento e atendimento regular ao usuário do parque tecnológico instalado na sede da SR. Como também, o suporte técnico de servidor do NTI no desenvolvimento dos sistemas de consolidação de dados de conflitos agrários na Ouvidoria Agrária Nacional em Brasília/DF.

No exercício de 2009, foi autorizada a provisão de R\$ 251.729,85 (duzentos e cinquenta e um mil, setecentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos), e empenhadas despesas no valor de R\$ 247.753,31 (duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais e trinta e um centavos) para atender demandas provenientes das ações de informática. O valor pago de R\$ 140.071,97 (cento e quarenta mil, setenta e um reais e noventa e sete centavos), foi utilizado em deslocamentos de servidores da área de TI e Assessoria de Planejamento, na prestação de suporte técnico e operacional de infraestrutura da rede INCRA, manutenção de computadores, levantamento de bens de informática e consultoria relacionada a planejamento da ação nas Unidade Avançadas; locação de veículo para as viagens; aquisição de material de processamento de dados; pagamento de contratos de terceirização para executar serviços de manutenção em equipamentos de informática na sede da SR e contratos de serviços de Internet das Unidades Avançadas (UA's). Para melhoria, proteção e segurança da Rede de Comunicação de Dados e do parque computacional na sede da SR, foram adquiridos ao final do exercício alguns equipamentos como: Nobreak de 10Kva; Nobreak de 3.000Kva e Estabilizadores de 40Kva, contando com o indispensável apoio da Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação - DET.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias (UO)

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos					
	Recebidos					
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte:

*NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO.

2.4.2 Execução Orçamentária

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	24.389.748,50	7.337.172,04	24.389.748,50	7.337.172,04
Convite	58.334,50	0,00	58.334,50	0,00
Tomada de Preços	169.999,81	472.271,60	169.999,81	472.271,60
Concorrência	16.022.447,95	0,00	16.022.447,95	0,00
Pregão	8.138.966,24	6.864.900,44	8.138.966,24	6.864.900,44
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	1.069.371,54	699.327,49	1.069.371,54	699.327,49
Dispensa	947.861,24	553.974,13	947.861,24	553.974,13
Inexigibilidade	121.510,30	145.353,36	121.510,30	145.353,36
Regime de Execução Especial	11.786,00	0,00	11.786,00	0,00
Suprimento de Fundos	11.786,00	0,00	11.786,00	0,00
Pagamento de Pessoal	1.258.389,15	1.708.810,90	1.258.389,15	1.708.810,90
Pagamento em Folha	4.857,76	6.250,47	4.857,76	6.250,47
Diárias	1.253.531,39	1.702.560,43	1.253.531,39	1.702.560,43
Outros	210.413.709,26	152.851.641,62	210.413.709,26	152.851.641,62

Fonte: SIAFI/2008/2009.

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	4.857,76	6.250,47	4.857,76	6.250,47	4.857,76	0,00	0,00	6.250,47
08 – Outros Ben. Assistenciais	4.857,76	6.250,47	4.857,76	6.250,47	4.857,76	0,00	0,00	6.250,47
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	30.796.216,65	9.328.995,66	30.796.216,65	6.114.081,36	24.690.181,71	3.214.914,30	6.084.378,80	6.113.461,86
14 – Diárias – Pessoal Civil	1.253.531,39	1.702.560,43	1.253.531,39	1.702.560,43	0,00	0,00	1.253.531,39	1.701.940,93
30 – Material de Consumo	562.585,10	601.086,61	562.585,10	537.215,70	21.074,13	63.870,91	510.794,57	537.215,70
33 – Passagens e Desp. c/ Loc.	1.605.389,54	1.442.770,80	1.605.389,54	1.064.363,48	0,00	378.407,32	1.605.389,54	1.064.363,48
36 - Outros Serv. Terc. PF	47.452,48	5.185,00	47.452,48	5.185,00	0,00	0,00	47.452,48	5.185,00
37 – Locação de Mão-de-obra	1.332.156,02	1.322.107,17	1.332.156,02	1.267.972,89	17.060,26	54.134,28	1.324.156,02	1.267.972,89
39 – Outros Serv. Terc. PJ	18.960.934,99	3.900.656,77	18.960.934,99	1.516.595,78	17.762.228,26	2.384.060,99	1.198.706,73	1.516.595,78
41 – Contribuições	7.002.319,06	332.286,56	7.002.319,06	0,00	6.889.819,06	332.286,56	112.500,00	0,00
47 –Obrig. Trib. e Contrib.	201,60	2.247,00	201,60	2.247,00	0,00	0,00	201,60	2.247,00
92 – Desp. de Exerc. Anter.	18.813,36	2.154,24	18.813,36	0,00	0,00	2.154,24	18.813,36	0,00
93 – Inden. e Restituições	12.833,11	17.941,08	12.833,11	17.941,08	0,00	0,00	12.833,11	17.941,08

Fonte: SIAFI/2008/2009

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	33.002.851,72	20.107.991,48	33.002.851,72	955.355,39	8.638.713,68	19.152.636,09	5.578.171,12	955.355,39
39 – Outros Serv. Terc. PJ	1.915.214,00	202.284,26	1.915.214,00	202.284,26	1.915.214,00	0,00	0,00	202.284,26
41 – Contribuições	30.629.698,92	19.226.463,81	30.629.698,92	660.619,84	6.396.342,23	18.565.843,97	5.314.129,72	660.619,84
51 – Obras e Instalações	169.999,81	472.271,60	169.999,81	69.990,32	133.260,05	402.281,28	169.999,81	69.990,32
52 – Equip. e Mat. Perm.	287.938,99	206.971,81	287.938,99	22.460,97	193.897,40	184.510,84	94.041,59	22.460,97
5 – Inversões Financeiras	171.290.666,34	131.447.150,54	171.290.666,34	26.078.419,06	68480467,98	105.368.731,48	102.702.958,12	26.078.419,06
61 – Aquisições de Imóveis	3.102.666,34	5.062.750,54	3.102.666,34	2.244.619,06	653.267,98	2.818.131,48	2.342.158,12	2.244.619,06
66 – Conc. de emp. e Financ.	168.188.000,00	126.384.400,00	168.188.000,00	23.833.800,00	67.827.200,00	102.550.600,00	100.360.800,00	23.833.800,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/2008/2009

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	1.071.909,21	1.605.389,54	1.442.770,80
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	940.614,67	1.253.531,39	1.702.560,43
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	1.265.766,74	1.322.156,02	1.322.107,17
3.1. Publicidade	36.150,00	137.759,65	82.454,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	1.016.986,14	1.067.444,76	984.438,02
3.3. Tecnologia da Informação	2.997,00	7.239,00	0,00
3.4. Outras Terceirizações	209.633,60	119.712,61	255.215,15
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	28,35	0,00	0,00
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	21.316,33	11.786,00	0,00
TOTAIS	3.299.635,30	4.192.862,95	4.467.438,40

Fonte: SIAFI/2007/2008/2009.

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Este item será apresentado no item 16, pois o INCRA tem um conjunto de indicadores elaborados em parceria com o TCU.

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

3.1 Composição dos Recursos Humanos

3.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	Σ	Σ	Σ
Próprios	224	224	450
Requisitados	-	-	-
Celetistas			
Cargos de livre provimento	Σ	Σ	Σ
Estatutários	9	9	9
Não Estatutários	-	-	-
Terceirizados			
Total			

Fonte:

3.1.2 Composição e custos de Recursos Humanos

Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	247	11.275.322,65		7.789.726,49		571.703,96
2008	254	13.979.757,51		7.743.656,40		556.024,21
2009	224	13.216.983,79		5.883.325,00		429.728,39
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	7			385.293,23		
2008	8			480.256,72		
2009	9			502.550,90		
Requisitados com ônus para a UJ						
Requisitados sem ônus para a UJ						

Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)

Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	47	1.016.986,14	16	212.630,60	-	-	50	107.586,89
2008	47	1.067.444,76	18	126.951,61	-	-	27	82.456,60
2009	47	984.438,02	18	255.215,15	-	-	24	120.480,89

3.2 Informações sobre os contratos de terceirização de mão-de-obra

Nat.	Contrato	Empresa contratada	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
					Quantidade				
					Médio	Superior			
			Início	Fim	AT	EF	AT	EF	
339037.01	050/2008	07.270.170/0001-35	30/12/2009	30/12/2010	12	12	-	-	Ativo-Prorrogado
339037.01	030/2009	63.807.812/0001-63	16/12/2009	15/12/2010	2	2	-	-	Ativo-Normal
339037.01	009/2008	07.639.738/0001-42	24/8/2009	24/8/2010	2	2	-	-	Ativo-Prorrogado
339037.02	003/2009	10.624.865/0001-82	1/7/2009	30/6/2010	18	18	-	-	Ativo-Normal
339037.03	031/2009	05.742.568/0001-00	17/12/2009	16/12/2010	29	29	-	-	Ativo-Normal
339037.05	019/2009	03.673.452/0001-22	9/10/2009	8/10/2010	2	2	-	-	Ativo-Normal
<div>Observação:</div>									

Fonte:

3.3 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos instituídos pela unidade, informando se não os possuir

*NÃO EXISTEM DADOS A REGISTRAR.

3.4 Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos

Conforme demonstrado no item 3.1.1, faz-se necessário um aumento de 100% da força de trabalho desta Superintendência Regional, bem como dos terceirizados do apoio administrativo e estagiários.

Esta Superintendência Regional vem sofrendo uma redução muito acentuada no seu quadro funcional, por questões de abrangência nacional como a rotatividade dos servidores que passam em outros concursos públicos objetivando melhores salários, a quantidade de servidores que estão próximos da aposentadoria e também por questões peculiares a esta Regional como o alto custo e a baixa qualidade de vida na Região do Sul do Pará, comprovado pelo alto número de pedidos de remoção, bem como a criação da Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal que absorveu 14 servidores desta Regional em 2009 e 26 em 2010.

Também se faz necessário o aumento qualitativo de servidores principalmente nos cargos de Analista e Técnico Administrativo, Contador, Engenheiro Civil e Topógrafos.

Em tempo, vale ressaltar que ano a ano o número de vagas para Estagiários, apesar de reiterados protestos ao INCRA Nacional vem sendo reduzido.

Considerando o exposto acima, verifica-se que o limitado quadro de recursos humanos que compõe a força de trabalho desta Regional está prejudicando o cumprimento das metas anuais, colocando no ranking esta Superintendência em uma situação de desigualdade a nível nacional, o que muito nos preocupa.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

MOVIMENTO DA CONTA CONTÁBIL 2.1.2.1.1.11.00					
UG	CREDOR (CNPJ/CPF)	SALDO INICIAL	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO FINAL
TOTAL					

Fonte:

*NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO.

5. Inscrições em Restos a Pagar no Exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007	7.998.823,36	0,00	2.334.878,34	5.663.945,02
2008	120.724.026,67	17.670.634,16	67.719.255,73	35.334.136,78
2009	107.872.784,51	0,00	0,00	107.872.784,51
Observações:				

Fonte: SIAFI/2009.

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro de Detalhamento de Transferências									
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA-INCRA									
UG 133080		SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ - SR(27)							
Transferência	Processo	Conveniente	Valor Pactuado	Valor da Contrapartida	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Situação
538717	54600.003142/05-10	05572870000159 FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	R\$ 1.021.924,22	R\$ 92.902,22	R\$ 929.022,00	R\$ 242.830,19	28/DEZ/2005	29/JUN/2009	CONCLUIDO
538720	54600.001418/05-17	05572870000159 FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	R\$ 809.007,20	R\$ 73.537,10	R\$ 735.470,10	R\$ 147.094,02	28/DEZ/2005	27/DEZ/2010	PRESTAÇÃO E CONTAS EM ANALISE
538759	54600.002555/05-79	05572870000159 FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	R\$ 789.149,70	R\$ 45.158,40	R\$ 743.991,30	123.998,55	28/DEZ/2005	27/JUN/2009	CONCLUIDO

538762	54600.002556/05-13	05572870000159 FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	R\$ 874.979,10	R\$ 100.000,00	R\$ 774.979,10	R\$ 152.797,00	28/DEZ/2005	27/DEZ/2010	PRESTAÇÃO E CONTAS EM ANALISE
599250	54600.001734/07-51	83211433000113 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANESIA DO PARA	R\$ 320.363,10	R\$ 16.018,15	R\$ 304.344,95	R\$ 151.735,46	19/MAI/2009	15/SET/2009	AGUARDANDO ENVIO PRESTAÇÃO DE CONTAS
599818	54600.001692/07-58	04144150000120 PREFEITURA MUNICIPAL DE XINGUARA	R\$ 789.591,20	R\$ 77.591,20	R\$ 712.000,00	R\$ 496.322,31	16/SET/2009	24/DEZ/2009	AGUARDANDO ENVIO PRESTAÇÃO DE CONTAS
599819	54600.001693/07-01	01613321000124 PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAA DOS CARAJAS	R\$ 714.208,22	R\$ 35.710,41	R\$ 678.497,81	203.549,34	19/MAI/2009	25/DEZ/2009	AGUARDANDO ENVIO PRESTAÇÃO DE CONTAS
599821	54600.001708/07-22	22980999000115 PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS	R\$ 2.361.212,75	R\$ 611.212,75	R\$ 1.750.000,00	350.000,00	17/FEV/2009	17/ABR/2009	AGUARDANDO ANALISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
599823	54600.001728/07-01	04953717000109 SECRETARIA EXECUTIVA DE TRANSPORTES - SETRAN	R\$ 17.122.917,02	R\$ 1.712.291,70	R\$ 15.410.625,32	R\$ 1.500.000,00	21/ABR/2009	18/MAR/2010	EM EXECUÇÃO
636689	54600.000767/08-64	10249381000109 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS	R\$ 2.421.828,52	R\$ 121.091,43	R\$ 2.300.737,09	R\$ 1.487.921,81	09/JUN/2009	07/DEZ/2009	AGUARDANDO RELATORIO FISCALIZAÇÃO FINAL

636697	54600.000668/08-82	34671057000134 PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA AZUL DO NORTE	R\$ 1.816.106,73	R\$ 90.805,34	R\$ 1.725.301,39	R\$ 1.290.657,90	10/JUN/2009	07/DEZ/2009	AGUARDANDO RELATORIO FISCALIZAÇÃO FINAL
636783	54600.000884/08-22	22980643000181 PREFEITURA MUNICIPAL DE OURILANDIA DO NORTE	R\$ 2.132.649,04	R\$ 106.632,45	R\$ 2.026.016,59	R\$ 1.208.397,63	10/JUN/2009	07/DEZ/2009	AGUARDANDO RELATORIO FISCALIZAÇÃO FINAL
636912	54600.000885/08-72	10249241000122 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA	R\$ 1.499.306,90	R\$ 74.965,35	R\$ 1.424.341,55	R\$ 474.780,52	12/MAI/2009	08/MAR/2010	AGUARDANDO RELATORIO FISCALIZAÇÃO FINAL
636919	54600.000888/08-14	05070404000175 PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	R\$ 1.684.566,23	R\$ 84.228,31	R\$ 1.600.337,92	544.041,95	17/JUN/2009	15/MAR/2010	EM EXECUÇÃO
637332	54600.000908/08-49	83211433000113 PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANESIA DO PARA	R\$ 1.863.553,31	R\$ 93.177,67	R\$ 1.770.375,64	R\$ 1.062.213,98	19/MAI/2009	31/DEZ/2009	AGUARDANDO ENVIO PRESTAÇÃO DE CONTAS
637505	54600.000891/08-20	83211391000110 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA	R\$ 1.199.931,84	R\$ 59.996,59	R\$ 1.139.935,25	R\$ 759.956,83	09/MAI/2009	04/DEZ/2009	AGUARDANDO ANALISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
637905	54600.001116/08-91	05402797000177 EMPRESA DE ASSIST TECNICA E EXT RURAL DO ESTADO DO PAR	R\$ 12.923.074,00	R\$ 1.174.824,00	R\$ 11.748.250,00	R\$ 2.000.125,00	17/DEZ/2008	30/AGO/2011	EM EXECUÇÃO

643663	54600.02029/08-51	06003128000195 FEDERACAO DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO S	R\$ 288.532,00	R\$ 16.820,00	R\$ 271.712,00	R\$ 136.925,00	31/DEZ/2008	30/DEZ/2009	AGUARDANDO PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATORIO DE FISCALIZAÇÃO
652768	54600.001829/08-55	07369609000181 CENTRO DE PESQUISA, CAPACITACAO E DESENVOLVIMENTO MARTI	R\$ 514.765,10	R\$ 15.000,00	R\$ 499.765,10	R\$ 499.765,10	31/DEZ/2008	28/DEZ/2009	AGUARDANDO PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATORIO DE FISCALIZAÇÃO
653045	54600.002637/08-66	84139633000175 PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJAS	R\$ 4.210.526,31	R\$ 210.526,31	R\$ 4.000.000,00	R\$ 1.600.000,00	31/DEZ/2008	25/MAR/2010	EM EXECUÇÃO
653046	54600.002421/08-09	05077102000129 ITUPIRANGA PREFEITURA	R\$ 2.262.855,00	R\$ 107.755,00	R\$ 2.155.100,00	R\$ 1.436.733,34	31/DEZ/2008	25/MAR/2010	EM EXECUÇÃO
653049	54600.002422/08-45	10249381000109 PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DAS BARREIRAS	R\$ 394.628,81	R\$ 19.731,44	R\$ 374.897,37	R\$ 268.348,26	31/DEZ/2008	29/JUN/2009	EM EXECUÇÃO
706018	54600.000863/09-93	PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUNDÁ	R\$ 1.500.000,00	R\$ 76.050,82	R\$ 528.277,11	R\$ 528.277,11	29/OUT/2009	26/ABR/2010	EM EXECUÇÃO
706020	54600.000677/09-54	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREU BRANCO	R\$ 326.200,38	R\$ 17.168,44	R\$ 132.342,73	R\$ 132.342,73	12/NOV/2009	11/MAI/2010	EM EXECUÇÃO

7. Previdência Complementar Patrocinada

¹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

¹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

9. Renúncias tributárias

¹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10. Operações de fundos

¹ Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11A. Recomendações do Órgão ou da Unidade de Controle Interno

***NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO.**

11B. Determinações e recomendações do TCU

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa: Superintendência Regional do Sul do Pará – SR(27)MBA					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	006.409/2005-5	877/2009			Ofício nº 1047/2009-TCU/SECEX-PA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Divisão Administrativa da SR-27					
Descrição da Deliberação:					
Para conhecimento cópia do Acórdão nº 877/2009 – julgou o pedido de reexame interposto pelo Superintendente Regional do INCRA em Marabá e pelo Sr. Darwin Boerner Junior contra o Acórdão nº 1956/2003, proferido por esta Corte de Contas no processo em epígrafe.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão Administrativa da SR-27					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Só para conhecimento					

Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:	Código SIORG				
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	Não tem	Não tem			OFÍCIO Nº 02/2009/CIRCULAR-TCU/SECEX-PA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG				
Divisão Administrativa da SR-27					
Descrição da Deliberação:					
Procedimento e datas para entrega do relatório de gestão ao TCU.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação	Código SIORG				
Divisão Administrativa da SR-27					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Só para conhecimento do procedimento e datas.					

Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:	Código SIORG				
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	019.573/2008-4	Não Tem			OFÍCIO Nº 653, 654 e 655/2009/ TCU-SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG				
Divisão Administrativa da SR-27					
Descrição da Deliberação:					
Prestação de Contas da SR-27, exercício de 2007 – TC-019.537/2008-4 – apresentar razões de justificativa quanto à não utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal; Diárias de servidores					
Providências Adotadas					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão Administrativa da SR-27	
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
Através do OFÍCIO/INCRA/SR(27)/G/Nº 2279/2009, de 18.08.2009, 2410/2009, de 04.09.2009 e 2465/2009, de 11.09.2009.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:	Código SIORG				
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	006.409/2000-5/ Lote nº 3441884	1956/2003 – TCU-PLENÁRIO, de 10/12/2003 e Acórdão nº 877/2009-TCU-PLENÁRIO, de			2002/2009- TCU/SECEX- PA

		29/04/2009			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG				
Divisão Administrativa da SR-27					
Descrição da Deliberação:					
Ofício nº 2002/2009-TCU/SECEX-PA/ se já foram instauradas as tomadas de contas especiais nos termos da determinação contida no item 9.1 do Acórdão nº 877/2009-TCU-Plenário, de 29/04/2009.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação	Código SIORG				
Divisão Administrativa da SR-27					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Através do OFÍCIO/INCRA/SR(27)/G/Nº 3092/2009, de 09.10.2009.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticadas no exercício

A seguir transcrevemos ações do Serviço de Desenvolvimento Humano – SDH, desta Regional, no exercício de 2009, no que diz respeito aos atos de concessão de aposentadoria, pensão e desligamento de servidores:

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
ADMISSÃO	00	00
DESLIGAMENTO	01	00
APOSENTADORIA	05	00
PENSÃO	02	00
RETORNO A ATIVIDADE	01	00
CESSÃO	01	00

Informamos que tendo em vista o quadro reduzido de servidores no SDH – Serviço de Desenvolvimento Humano, bem como pessoal capacitado para tal fim, contribuiu para que a ação de registrar os Atos acima citados no SISAC, não fossem efetuados. Portanto, estamos tomando as providências cabíveis, com a finalidade de sanar estas pendências o mais breve possível.

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que os registros dos convênios firmados no exercício de 2009 não estão totalmente atualizados nos sistemas SIASG/SICONV, em razão das convenientes não terem apresentado em tempo hábil as contas correntes específicas para as transferências, ocasionando atrasos nos registros das respectivas UGTVs, implicando, com isso, do não envio de alguns convênios ao SIAFI até o fechamento do Relatório de Gestão/2009.

Marabá/PA, 18 de março de 2010

Manoel de Vasconcelos Castilho

Técnico em Contabilidade

Coordenador do Serviço de Contabilidade

INCRA/SR(27)

13. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

A missão institucional do INCRA, através da Superintendência Regional de Marabá, no desempenho de gestão dos Programas/Ações de sua competência, vem respondendo eficazmente ao Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, nas regiões Sul e Sudeste do Pará. O plano de ação estabelecido vem expressando uma visão ampliada de reforma agrária que pretende mudar a estrutura agrária regional, o que implica na adoção de procedimentos regulamentares para obtenção de terras que não cumprem sua função social, democratização do acesso à terra, desconcentrando a estrutura da propriedade rural e intervindo na estrutura produtiva por meio da garantia do Crédito, Infraestrutura Básica, Assistência Técnica, Social e Ambiental, Políticas de Comercialização, Agroindustrialização, Geração de Renda e Garantia dos Direitos Humanos.

A implantação da **Escola Agrotécnica Federal de Marabá**, em área da antiga Fazenda Castanhal Cabaceiras, agora pertencente ao INCRA, foi um fato marcante de gestão da Superintendência Regional do INCRA do Sul do Pará, e certamente num futuro próximo, os jovens e adultos beneficiários desse projeto, farão parte do processo de desenvolvimento rural sustentável em suas comunidades. O público alvo dessa instituição será, preferencialmente, jovens oriundos da produção familiar e comunitária prevendo-se, inicialmente, o atendimento a cerca de 300 educandos procedentes dos 39 municípios das regiões Sul e Sudeste Paraense, com uma capacidade para 1.000 estudantes quando estiver em pleno funcionamento.

O Projeto Político Pedagógico, envolveu a participação efetiva do Fórum Regional de Educação do Campo e prevê a oferta de cursos de Agropecuária, Agroindústria e Agrofloresta, com enfoque agroecológico, integrados com o Ensino Médio. Em longo prazo, deverão ser ofertados cursos superiores de Tecnologia e Licenciatura Plena em Educação do Campo.

O ano de 2009 foi pautado pela fase de estruturação da Escola, estando previsto a formação dos quadros docente e técnico-administrativo, construção das instalações físicas e consolidação da administração central.

Programa Território da Cidadania — é um programa de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com o objetivo de levar o avanço econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território,

com a participação da sociedade. A integração do conjunto de políticas públicas e dos investimentos previstos contribuirá para melhorar o IDH, evitar o êxodo rural e superar as desigualdades regionais. Na área de abrangência da SR, foram criados os Territórios Sudeste Paraense, composto de 14(quatorze) municípios e o Sul do Pará/Alto Xingu constituído de 15(quinze) municípios, onde as ações foram e vêm se intensificando no propósito de atender e melhorar a qualidade de vida das comunidades onde há necessidade de maior investimento social e implementação de políticas públicas que venham trazer sustentabilidade de alta relevância na área rural.

Operação Arco Verde Terra Legal – é uma medida de ação interministerial para preservação e desenvolvimento sustentável da Amazônia, com a implantação do Crédito Ambiental, modalidade instituída pelo INCRA, a ser acessada por meio do chamado Cartão Verde, que marca o início da transformação de assentados da Reforma Agrária em produtores de floresta, para produção de alimento, madeira, biomassa e energia. Como prioridade, se traduz numa medida de produzir sem provocar o desmatamento em regiões da Amazônia. A área de atuação na SR, abrange 09(nove) municípios do Sul e Sudeste do Pará, onde no exercício de 2009, foram implementadas ações voltadas para concessão de crédito instalação de apoio inicial, fomento, construção e reforma da habitação rural, infraestrutura de obras de implantação e recuperação de estradas vicinais, assistência técnica e social, titulação e demarcação de parcelas rurais em áreas de assentamento rural.

Programa Terra Legal Amazônia – é um programa do Governo Federal que objetiva regularizar áreas da União ocupadas por posseiros nos 09 (nove) Estados da Amazônia Legal. O Programa, desenvolvido em parceria com estados e municípios, é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Serão beneficiados os posseiros que ocupam imóveis rurais de até 15 módulos fiscais em áreas da União, cujas posses sejam anteriores a 1º de dezembro de 2004. Com a conversão da Medida Provisória Nº 458/2009, foi sancionada a Lei Nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União Federal, no âmbito da Amazônia Legal, mediante alienação e concessão de direito de uso de imóveis. O programa está se desenvolvendo desde junho de 2009 no âmbito desta SR, inicialmente marcado por audiências públicas com o objetivo de divulgação do programa e suas legislações específicas. Foram implementados a princípio, ações de georreferenciamento e cadastros, assim como vistorias rurais, levantamento ocupacional e vistorias rurais em Glebas Federais, como base de ações preparatórias para regularização fundiária através dos mutirões Arco Verde Terra Legal com atuação nos municípios selecionados pelo programa. As ações vinculadas ao referido Programa, nas regiões Sul e Sudeste do Pará, são coordenadas e executadas pela Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SRFA(08), no caso da gestão em Marabá/PA.

15. Informações Contábeis da Gestão

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

– Com ressalvas

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do sistema SIAFI (Balanços, Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) referente ao exercício de 2009 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Superintendência Regional que apresenta contas, exceto no tocante a:

a) Ativo Imobilizado, na conta Patrimonial de Bens Móveis, com classificação contábil 142129000 – Bens em Processo de localização e 142129100 – Bens Móveis a Alienar, registram os valores relativos aos bens não localizados no processo de inventário, e aos bens móveis que, por algum motivo, foram destinados à alienação, portanto, os valores aritméticos entre o patrimônio e a contabilidade não estão com seus saldos conciliados e corretos, entretanto, no aspecto físico, os bens moveis não apresentam a realidade existente; em virtude do Agente Responsável pelos bens patrimoniais não ter apresentado o processo de levantamento físico da Superintendência Regional do Sul do Pará, determinado pela Ordem de Serviços INCRA/SR(27)/GAB Nº 194/2009 de dezembro de 2009. Os referidos ajustes deverão ser concluídos no exercício de 2010, logo que for apresentado a este Serviços de Contabilidade o processo em questão.

b) b)Compensações Ativas Diversas, convênios firmados, registro dos valores de convênios para saída de recursos firmados com outras entidades com a finalidade de atingir objetivos comuns nos termos descritos no instrumento. Portanto, as contas necessitam de regularização, tendo em vista a grande demanda de convênios celebrados nesta SR (27), pela não apresentação das prestações de contas nos moldes dos artigos 28 e 31 da IN/STN/01/97. Quanto aos convênios firmado em 2009 nos moldes SICONV, Portaria Interministerial 127 de 29/05/2008, não foi possível registro-los na sua totalidade, razão pela qual as convenientes não terem apresentado em tempo hábil as contas correntes específicas para as transferências, ocasionando atrasos nos registros das respectivas UGTVs, implicando, com isso, do não envio de alguns convênios ao SIAFI até o fechamento do Relatório de Gestão/2009. Entretanto os referidos ajustes deverão ser concluídos nos próximos dia no exercício de 2010.

c) A conta 212.16.02.02 – NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, conterà os saldos remanescentes de Restos a Pagar do exercício anterior não cancelados pela UG, por meio da transação >NE, caso isso não ocorra, serão baixados automaticamente pelo sistema por meio de evento. Cabe registrar que os saldos remanescentes de Restos a Pagar do exercício de 2007, e 2008, não foram cancelados pela UG considerando que o Decreto nº 7.057, de 29 de dezembro de 2009, prorrogou sua validade, acumulando os saldos na conta 295.11.01.00 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR, pelo encerramento do exercício, portanto, fato ocorrido, que vem acontecendo, que certamente causa desequilíbrio nas contas orçamentárias, financeira e

no resultado do Balanço Patrimonial da UG, vez que as despesas foram consolidadas na inscrição do empenho em restos a pagar não processados, de acordo com a classificação dos sub-itens correspondentes a Natureza de Despesa dos respectivos empenhos. Portanto, se os empenhos provenientes da inscrição de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar forem cancelados no exercício seguinte, qual será a realidade do Balanço Financeiro, vez que as despesas foram consolidadas no exercício em que foram inscritos.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Marabá/PA, 18 de março de 2010

Manoel de Vasconcelos Castilho

Técnico em Contabilidade

Coordenador da Contabilidade

INCRA/SR(27)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
18/03/2010	1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	5.504.696,56	566.941,59	DESPESAS CORRENTES	9.332.999,13	30.820.874,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.504.696,56	566.941,59	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.250,47	4.857,76
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	17.500.386,83	114.457.086,32	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.295.994,42	30.741.991,80
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	16.234.701,61	114.457.086,32	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	0,00	2.956.411,00
SUB-REPASSE RECEBIDO	16.054.056,20	114.227.611,57	OUTRAS DESPESAS	9.295.994,42	27.783.580,80
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	16.054.056,20	114.227.611,57	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	30.754,24	54.024,75
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	180.645,41	229.474,75	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.754,24	54.024,75
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.265.685,02	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	151.555.142,02	204.293.518,06
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	1.265.685,02	0,00	INVESTIMENTOS	20.107.991,46	33.002.851,72
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.264.685,02	0,00	INVERSOES FINANCEIRAS	131.447.150,54	171.290.666,34
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.000,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	9.153.292,53	2.057.444,02
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	460.624.065,13	296.763.965,00	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	0,00	180.645,41
VALORES EM CIRCULAÇÃO	128.143.073,66	40.302.496,86	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	0,00	180.645,41
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	128.143.073,66	40.302.496,86	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	9.153.292,53	1.676.798,61
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	180.645,41	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	3.648.405,97	1.309.857,02
VALORES DIFERIDOS	0,00	180.645,41	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.496.844,34	1.309.857,02
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	166.409.013,27	130.946.033,81	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2.149.561,63	0,00
RESTOS A PAGAR	166.404.997,83	130.946.005,46	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	5.504.696,56	566.941,59
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	166.734.363,67	128.722.850,03	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	313.587.904,64	176.636.196,42
CANCELADO	17.670.634,16	2.223.155,43	VALORES EM CIRCULAÇÃO	167.802.447,74	128.143.073,66
VALORES EM TRANSITO	3.395,94	28,35	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	167.802.447,74	128.143.073,66
OUTROS DÉBITOS	819,50	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	180.645,41	229.474,75
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	146.071.978,20	127.334.788,92	VALORES DIFERIDOS	180.645,41	229.474,75
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	146.071.949,85	127.334.788,92	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	128.722.878,38	40.073.022,11
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	146.071.949,85	127.334.788,92	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	128.722.850,03	40.072.963,76
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	28,35	0,00	VALORES EM TRANSITO	28,35	28,35
EXERCÍCIOS ANTERIORES	28,35	0,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	16.881.933,11	8.190.585,90
			BAIXA DE DIREITOS	16.881.933,11	8.190.585,90
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	16.881.933,11	8.190.585,90
INGRESSOS	463.629.338,32	413.787.992,91	DISPÊNDIOS	463.629.338,32	413.787.992,91



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG.DC SUL DO PARA-SR/27-E
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSION	PAGINA
18/03/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	167.802.447,74	128.143.073,88	PASSIVO FINANCEIRO	168.736.379,11	128.903.523,79
CREDITOS EM CIRCULACAO	167.802.447,74	128.143.073,88	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	168.736.379,11	128.722.878,38
LIMITE DE SAQUE CIVINC.DE PAGAMENTO	21.730.497,89	806.284,74	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	619,50	0,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	146.071.949,85	127.334.788,92	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	619,50	0,00
ATIVO NAO FINANCEIRO	736.396.818,82	840.509.006,92	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	168.734.363,67	128.722.850,03
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-52.415.754,17	-116.227.294,66	A LIQUIDAR	168.734.363,67	128.722.850,03
CREDITOS EM CIRCULACAO	-130.425.448,85	-117.250.684,13	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	3.395,94	28,35
RECURSOS A RECEBER IMPAGTO DE RP-RETIFIC	-146.071.949,85	-127.334.788,92	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	180.645,41
DIVERSOS RESPONSAVEIS	14.985.681,36	10.084.104,79	VALORES DIFERIDOS	0,00	180.645,41
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	660.619,84	0,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-168.734.363,67	-128.722.850,03
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	48.009.694,40	1.023.399,47	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-168.734.363,67	-128.722.850,03
ESTOQUES	20.525,28	15.355,11	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-168.734.363,67	-128.722.850,03
TITULOS E VALORES	47.959.169,20	1.008.044,36	PASSIVO REAL	4.015,44	180.673,76
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	805.720.152,24	746.669.152,24	PATRIMONIO LIQUIDO	903.197.251,12	768.471.406,82
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	805.720.152,24	746.669.152,24	PATRIMONIOCAPITAL	768.471.406,82	696.588.816,62
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	462.728.631,52	433.677.631,52	PATRIMONIO	768.471.406,82	696.588.816,62
CREDITOS A RECEBER	312.991.520,72	312.991.520,72	RESULTADO DO PERIODO	134.725.844,30	71.882.590,20
PERMANENTE	12.094.420,75	10.067.139,34	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	903.201.266,56	768.652.080,56
IMOBILIZADO	12.094.420,75	10.067.139,34	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-768.475.422,26	-696.769.490,36
BENS MOVEIS E IMOVEIS	12.094.420,75	10.067.139,34			
ATIVO REAL	903.201.266,56	768.652.080,56			
ATIVO COMPENSADO	141.875.395,56	173.321.948,22	PASSIVO COMPENSADO	141.875.395,56	173.321.948,22
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	141.875.395,56	173.321.948,22	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	141.875.395,56	173.321.948,22
GARANTIAS DE VALORES	283.777,71	272.602,71	VALORES EM GARANTIA	283.777,71	272.602,71
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	118.572.225,61	138.553.243,24	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	118.572.225,61	138.553.243,24
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	7.998.239,89	2.535.561,82	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	7.998.239,89	2.535.561,82
OUTRAS COMPENSACOES	15.021.152,37	31.960.340,45	COMPENSACOES DIVERSAS	15.021.152,37	31.960.340,45
ATIVO	1.045.076.662,14	941.974.028,80	PASSIVO	1.045.076.662,14	941.974.028,80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133080/37201 - SUPERINTENDÊNCIA REG.D.O SUL DO PARA-SR/27-E
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSION	PAGINA
18/03/2010	1

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ORÇAMENTARIAS	176.740.107,27	339.237.634,67	ORÇAMENTARIAS	160.888.141,15	235.286.623,88
RECEITAS CORRENTES	5.504.686,56	566.941,59	DESPESAS CORRENTES	9.332.999,13	30.820.674,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.504.686,56	566.941,59	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.250,47	4.857,76
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	16.234.701,61	114.457.086,32	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.295.994,42	30.741.991,80
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	16.234.701,61	114.457.086,32	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	30.754,24	54.024,75
SUB-REPASSE RECEBIDO	16.054.056,20	114.227.611,57	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.754,24	54.024,75
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	180.645,41	229.474,75	DESPESAS DE CAPITAL	151.555.142,02	204.293.518,06
MUTUAÇÕES ATIVAS	155.000.519,10	224.213.606,76	INVESTIMENTOS	20.107.991,48	33.002.651,72
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	27.284.237,23	103.489.580,09	INVERSOES FINANCEIRAS	131.447.150,54	171.290.666,34
AQUISICOES DE BENS	2.769.617,39	3.116.994,09	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	180.645,41
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	24.494.419,84	100.372.586,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	180.645,41
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	127.736.281,87	120.724.026,67	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	0,00	180.645,41
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	361.240.212,25	140.819.184,20	MUTUAÇÕES PASSIVAS	0,00	11.795,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	48.357.245,05	880.091,15	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	0,00	11.795,00
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	47.091.560,03	880.091,15	LIQUIDACAO DE CRÉDITOS	0,00	11.795,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.265.685,02	0,00	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	262.366.334,07	172.887.404,79
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	332.852.967,20	139.939.093,05	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	9.172.551,99	2.370.690,38
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	315.212.304,69	137.715.937,62	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	19.259,46	493.891,77
INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.446.054,30	2.348.057,65	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.648.405,97	1.309.857,02
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	205.589,59	44.999,16	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	5.504.686,56	566.941,59
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	313.556.660,80	135.324.695,79	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	253.193.782,06	170.516.714,41
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	17.670.662,51	2.223.155,43	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	165.469.013,85	138.442.544,01
DEPÓSITO			BAIXA DE BENS IMÓVEIS	2.244.650,73	2.342.158,12
			BAIXA DE BENS MÓVEIS	237.534,70	563.796,79
			BAIXA DE DIREITOS	162.988.628,42	135.536.599,10
			INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	67.724.768,23	32.074.170,40
			RESULTADO PATRIMONIAL	134.725.844,30	71.882.590,20
			SUPERÁVIT	134.725.844,30	71.882.590,20
VARIAÇÕES ATIVAS	557.980.319,52	460.056.618,87	VARIAÇÕES PASSIVAS	557.980.319,52	460.056.618,87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133080/37201 - SUPERINTENDÊNCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ORÇAO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
18/03/2010	1

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	180.895.757,70	-180.895.757,70
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	9.140.615,66	-9.140.615,66
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	6.250,47	-6.250,47
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	9.134.365,21	-9.134.365,21
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	151.555.142,02	-151.555.142,02
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	20.107.991,48	-20.107.991,48
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	131.447.150,54	-131.447.150,54
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	180.895.757,70	-180.895.757,70



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	133080/37201 - SUPERINTENDENCIA REG DO SUL DO PARA-SR/27-E	EMISSAO 18/03/2010	PAGINA 2
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	161.009.202,58	192.383,45	160.816.819,13
					DESPESAS CORRENTES	0,00	9.454.060,56	192.383,45	9.261.677,11
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	6.250,48	0,00	6.250,48
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	9.447.810,08	192.383,45	9.255.426,63
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	151.555.142,02	0,00	151.555.142,02
					INVESTIMENTOS	0,00	20.107.991,48	0,00	20.107.991,48
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	131.447.150,54	0,00	131.447.150,54
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	161.009.202,58	192.383,45	160.816.819,13
MOVIMENTACAO FINANCEIRA									
SUB-REPASSE	160.833.721,34	160.833.721,34	16.234.701,61	144.599.019,73					
TOTAL	160.833.721,34	160.833.721,34	16.234.701,61	144.599.019,73	TOTAL	0,00	161.009.202,58	160.888.141,15	121.061,43
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	144.653.439,54	-144.653.439,54	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	160.833.721,34	160.833.721,34	160.888.141,15	-54.419,81	TOTAL GERAL	0,00	161.009.202,58	160.888.141,15	121.061,43



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133080/37201 - SUPERINTENDÊNCIA REG.DO SUL DO PARA-SR/27-E
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	2009	MES	DEZ(FECHADO)
EMISSION	18/03/2010	PAGINA	1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-167.802.447,74	-128.143.073,66
			CREDITOS A RECEBER	-167.802.447,74	-128.143.073,66
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-167.802.447,74	-128.143.073,66
			LIMITE DE SAQUE C/INCLACAO DE PAGAMENT	-21.730.497,89	-806.284,74
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-146.071.949,85	-127.334.788,92
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	168.734.379,11	128.722.678,36
			OBRIGACOES A PAGAR	168.734.363,67	128.722.650,03
			RESTOS A PAGAR	168.734.363,67	128.722.650,03
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	168.734.363,67	128.722.650,03
			CREDORES DIVERSOS	619,50	0,00
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	619,50	0,00
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	3.395,94	28,35
			ORDENS BANCARIAS CANCELADAS	3.395,94	0,00
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	0,00	28,35
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	180.645,41
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	0,00	180.645,41
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	-935.931,37	-760.450,13
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-147.007.601,22	-127.914.593,64
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	146.071.949,85	127.334.788,92
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	146.071.949,85	127.334.788,92
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	0,00	-180.645,41
			DISPONIBILIDADE SUBREFASSE DIFERIDO RECEBI	0,00	-180.645,41
	0,00	0,00	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSION	PAGINA
24/03/2010	1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-8.088,83	-8.040,07
			CREDITOS A RECEBER	-8.088,83	-8.040,07
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-8.088,83	-8.040,07
			LIMITE DE SAQUE CMVINCULACAO DE PAGAMENT	-7.898,02	-7.350,46
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-430,81	-809,61
			DEPOSITOS	778,21	0,00
			RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	778,21	0,00
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	5.824,41	2.755,76
			OBRIGACOES A PAGAR	5.824,41	2.755,76
			RESTOS A PAGAR	5.824,41	2.755,76
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	5.824,41	2.755,76
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.486,21	5.284,31
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	1.486,21	5.284,31
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	0,00	0,00
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	1.055,40	4.594,70
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	430,81	809,61
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	430,81	809,61
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-1.486,21	-5.284,31
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-1.486,21	-5.284,31
	0,00	0,00	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(PECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
24/03/2010	1

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	249.228,35	-249.228,35
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	233.263,35	-233.263,35
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	233.263,35	-233.263,35
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	15.965,00	-15.965,00
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	15.965,00	-15.965,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	249.228,35	-249.228,35



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU	EMIÇÃO 24/03/2010	PÁGINA 2
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		

TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
					CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	249.376,25	0,00	249.376,25
					DESPESAS CORRENTES	0,00	233.411,25	0,00	233.411,25
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	233.411,25	0,00	233.411,25
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	15.965,00	0,00	15.965,00
					INVESTIMENTOS	0,00	15.965,00	0,00	15.965,00
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	249.376,25	0,00	249.376,25
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA									
SUB-REPASSE	249.376,25	249.376,25	4.284,26	245.091,99					
TOTAL	249.376,25	249.376,25	4.284,26	245.091,99	TOTAL	0,00	249.376,25	249.228,35	147,90
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	244.944,09	-244.944,09	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	249.376,25	249.376,25	249.228,35	147,90	TOTAL GERAL	0,00	249.376,25	249.228,35	147,90



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO	PÁGINA
24/03/2010	1

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ORÇAMENTARIAS	97.306,58	111.358,35	ORÇAMENTARIAS	250.714,58	278.851,49
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	5.770,47	1.814,24	DESPESAS CORRENTES	233.263,35	263.172,15
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	5.770,47	1.814,24	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	233.263,35	263.172,15
SUB-REPASSE RECEBIDO	486,16	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	15.965,00	10.395,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	5.284,31	1.814,24	INVESTIMENTOS	15.965,00	10.395,00
MUTUAÇÕES ATIVAS	91.535,11	109.544,11	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.406,21	5.284,31
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	88.061,70	106.788,35	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.406,21	5.284,31
AQUISIÇÕES DE BENS	88.061,70	106.788,35	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	1.406,21	5.284,31
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	5.474,41	2.755,78	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	74.785,48	180.242,38
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	247.485,91	388.921,15	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.162,60	84.819,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	243.959,73	385.811,62	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	0,00	84.819,00
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	0,00	109.463,86	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.162,60	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	243.754,86	278.347,64	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	73.622,88	95.423,38
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	204,75	0,00	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	71.217,12	95.423,38
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	3.526,18	1.109,53	BAIXA DE BENS MÓVEIS	70.095,70	94.313,85
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	1.120,42	1.109,53	BAIXA DE DIREITOS	1.120,42	1.109,53
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	1.120,42	1.109,53	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.405,78	0,00
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.405,78	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	19.292,45	39.185,63
DÉFICIT			SUPERÁVIT	19.292,45	39.185,63
VARIAÇÕES ATIVAS	344.792,49	498.279,50	VARIAÇÕES PASSIVAS	344.792,49	498.279,50



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373063/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE XINGU
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 24/03/2010	PÁGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	8.088,83	8.040,07	PASSIVO FINANCEIRO	8.088,83	8.040,07
CREDITOS EM CIRCULACAO	8.088,83	8.040,07	DEPOSITOS	778,21	0,00
LIMITE DE SAQUE CIVINC.DE PAGAMENTO	7.898,02	7.350,46	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	778,21	0,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	430,81	689,61	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	5.824,41	2.755,76
ATIVO NAO FINANCEIRO	7.326.290,82	7.312.026,82	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	5.824,41	2.755,76
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	6.216,19	5.957,39	A LIQUIDAR	5.824,41	2.755,76
CREDITOS EM CIRCULACAO	-430,81	-689,61	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.406,21	5.284,31
RECURSOS A RECEBER IMPAGTO DE RP-RETIFIC	-430,81	-689,61	VALORES DIFERIDOS	1.406,21	5.284,31
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	6.647,00	6.647,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-5.824,41	-2.755,76
ESTOQUES	6.647,00	6.647,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-5.824,41	-2.755,76
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	6.816.000,00	6.816.000,00	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-5.824,41	-2.755,76
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	6.816.000,00	6.816.000,00	PASSIVO REAL	2.264,42	5.284,31
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	6.816.000,00	6.816.000,00	PATRIMONIO LIQUIDO	7.334.075,03	7.314.782,56
PERMANENTE	506.034,43	490.069,43	PATRIMONIOCAPITAL	7.314.782,56	7.275.596,95
IMOBILIZADO	506.034,43	490.069,43	PATRIMONIO	7.314.782,56	7.275.596,95
BENS MOVEIS E IMOVEIS	506.034,43	490.069,43	RESULTADO DO PERIODO	19.292,45	39.185,63
ATIVO REAL	7.336.339,45	7.320.066,89	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	7.336.339,45	7.320.066,89
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-7.317.047,00	-7.280.881,26
ATIVO COMPENSADO	5.599,72	5.599,72	PASSIVO COMPENSADO	5.599,72	5.599,72
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	5.599,72	5.599,72	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	5.599,72	5.599,72
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	5.179,80	5.179,80	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	5.179,80	5.179,80
OUTRAS COMPENSACOES	419,92	419,92	COMPENSACOES DIVERSAS	419,92	419,92
ATIVO	7.341.939,17	7.325.666,61	PASSIVO	7.341.939,17	7.325.666,61



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133083/57201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCECÇÃO DO ARAGUAIA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSION	PAGINA
24/03/2010	1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-444.678,56	-473.615,97
			CREDITOS A RECEBER	-444.678,56	-473.615,97
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-444.678,56	-473.615,97
			LIMITE DE SAQUE C/ Vinculacao de Pagament	-1.642,08	-40.278,22
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-443.236,50	-433.337,75
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	444.678,56	444.211,46
			OBRIGACOES A PAGAR	4.525,95	4.131,75
			FORNECEDORES	4.131,75	4.131,75
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.131,75	4.131,75
			RESTOS A PAGAR	394,20	0,00
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	394,20	0,00
			CREDORES DIVERSOS	440.352,61	440.079,73
			OUTROS CREDORES	439.000,00	439.000,00
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.352,61	1.079,73
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	29.403,63
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	0,00	29.403,63
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	0,00	0,86
			DISPONIBILIDADE PFONTE DE RECURSOS	-443.236,50	-403.933,26
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	443.236,50	433.337,75
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	443.236,50	433.337,75
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	0,00	-29.403,63
			DISPONIBILIDADE SUBREFASSE DIFERIDO RECEBI	0,00	-29.403,63
	0,00	0,00	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133083/57201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCECÇÃO DO ARAGUAIA
ORÇAO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(PECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
24/03/2010	1

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	631.625,31	-631.625,31
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	611.439,31	-611.439,31
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	611.439,31	-611.439,31
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	20.396,00	-20.396,00
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	20.396,00	-20.396,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	631.625,31	-631.625,31



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS				EXERCICIO 2009		MES DEZ(FECHADO)		
SUBTITULO	133083/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA				EMISSAO 24/03/2010		PAGINA 2		
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO								
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	635.464,63	0,00	635.464,63
					DESPESAS CORRENTES	0,00	615.078,63	0,00	615.078,63
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	615.078,63	0,00	615.078,63
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	20.386,00	0,00	20.386,00
					INVESTIMENTOS	0,00	20.386,00	0,00	20.386,00
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	635.464,63	0,00	635.464,63
MOVIMENTACAO FINANCEIRA									
SUB-REPASSE	635.464,63	635.464,63	29.403,63	606.061,00					
TOTAL	635.464,63	635.464,63	29.403,63	606.061,00	TOTAL	0,00	635.464,63	631.825,31	3.639,32
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	602.421,68	-602.421,68	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	635.464,63	635.464,63	631.825,31	3.639,32	TOTAL GERAL	0,00	635.464,63	631.825,31	3.639,32



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133083/ST201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCECÃO DO ARAGUAIA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSION	PAGINA
24/03/2010	1

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ORÇAMENTARIAS	214.070,47	174.544,92	ORÇAMENTARIAS	631.625,31	512.555,47
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	29.403,63	29.403,63	DESPESAS CORRENTES	611.439,31	470.515,84
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	29.403,63	29.403,63	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	611.439,31	470.515,84
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	29.403,63	29.403,63	DESPESAS DE CAPITAL	20.386,00	12.636,00
MUTUAÇÕES ATIVAS	184.666,84	145.141,29	INVESTIMENTOS	20.386,00	12.636,00
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	184.272,84	145.141,29	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00	29.403,63
AQUISICÕES DE BENS	184.272,84	145.141,29	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00	29.403,63
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	394,20	0,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	0,00	29.403,63
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.500.704,28	925.205,51	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.071.356,38	1.050.600,24
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	624.130,03	491.637,90	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	30.695,49	49.628,53
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	2.203,47	7.125,00	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.491,00	49.628,53
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	621.926,56	484.512,90	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	29.404,49	0,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	876.574,25	433.567,61	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	1.040.460,89	1.000.771,71
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	876.574,25	433.567,61	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	1.040.460,89	1.000.771,71
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	876.574,25	433.567,61	BAIXA DE BENS MÓVEIS	163.695,64	132.505,29
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	463.405,26	BAIXA DE DIREITOS	876.574,25	866.266,42
DEFICIT	0,00	463.405,26	RESULTADO PATRIMONIAL	11.593,06	0,00
			SUPERÁVIT	11.593,06	0,00
VARIAÇÕES ATIVAS	1.714.774,75	1.563.155,71	VARIAÇÕES PASSIVAS	1.714.774,75	1.563.155,71



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133083/57201 - UNIDADE AVANÇADA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSION	PAGINA
24/03/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	444.678,56	473.615,97	PASSIVO FINANCEIRO	444.678,56	473.615,11
CREDITOS EM CIRCULACAO	444.678,56	473.615,97	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	444.678,56	444.211,46
LIMITE DE SAQUE CIVINC.DE PAGAMENTO	1.842,06	40.278,22	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.484,38	5.211,46
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	443.236,50	433.337,75	FONECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	4.131,75	4.131,75
ATIVO NAO FINANCEIRO	47.617.324,93	47.606.125,21	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	1.362,61	1.079,73
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-443.236,50	-433.337,75	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	394,20	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-443.236,50	-433.337,75	A LIQUIDAR	394,20	0,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-443.236,50	-433.337,75	CREDITORES DIVERSOS	439.000,00	439.000,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	47.156.950,51	47.156.950,51	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	0,00	29.403,63
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	47.156.950,51	47.156.950,51	VALORES DIFERIDOS	0,00	29.403,63
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	47.156.950,51	47.156.950,51	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-394,20	0,00
PERMANENTE	903.610,92	882.512,45	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-394,20	0,00
IMOBILIZADO	903.610,92	882.512,45	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-394,20	0,00
BENS MOVEIS E IMOVEIS	903.610,92	882.512,45	PASSIVO REAL	444.484,38	473.615,11
ATIVO REAL	48.062.203,49	48.079.741,16	PATRIMONIO LIQUIDO	47.617.719,13	47.606.125,07
			PATRIMONIOCAPITAL	47.606.126,07	48.069.531,35
			PATRIMONIO	47.606.126,07	48.069.531,35
			RESULTADO DO PERIODO	11.593,06	-463.405,26
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	48.062.203,49	48.079.741,16
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-48.050.610,43	-48.543.146,46
ATIVO COMPENSADO	647,32	647,32	PASSIVO COMPENSADO	647,32	647,32
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	647,32	647,32	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	647,32	647,32
OUTRAS COMPENSACOES	647,32	647,32	COMPENSACOES DIVERSAS	647,32	647,32
ATIVO	48.062.850,81	48.080.388,50	PASSIVO	48.062.850,81	48.080.388,50



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133082/57201 - UNIDADE AVANÇADA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 24/03/2010	PÁGINA 1

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	247.621,57	-247.621,57
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	239.623,57	-239.623,57
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	239.623,57	-239.623,57
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	7.998,00	-7.998,00
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	7.998,00	-7.998,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	247.621,57	-247.621,57



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS				EXERCICIO 2009		MES DEZ(FECHADO)		
SUBTITULO	133082/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE SAO GERALDO DO ARAGUAIA				EMISSAO 24/03/2010		PAGINA 2		
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO								
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	247.835,99	0,00	247.835,99
					DESPESAS CORRENTES	0,00	239.836,03	0,00	239.836,03
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	239.836,03	0,00	239.836,03
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	7.999,96	0,00	7.999,96
					INVESTIMENTOS	0,00	7.999,96	0,00	7.999,96
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	247.835,99	0,00	247.835,99
MOVIMENTACAO FINANCEIRA									
SUB-REPASSE	247.835,99	247.835,99	14.735,14	233.100,85					
TOTAL	247.835,99	247.835,99	14.735,14	233.100,85	TOTAL	0,00	247.835,99	247.621,57	214,42
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	232.886,43	-232.886,43	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	247.835,99	247.835,99	247.621,57	214,42	TOTAL GERAL	0,00	247.835,99	247.621,57	214,42



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133082/57201 - UNIDADE AVANÇADA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 24/03/2010	PÁGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-18.680,25	-23.290,02
			CREDITOS A RECEBER	-18.680,25	-23.290,02
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-18.680,25	-23.290,02
			LIMITE DE SAQUE CMVINCULACAO DE PAGAMENT	-4.568,18	-23.290,02
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-12.312,09	0,00
			DEPOSITOS	9,25	0,00
			RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	9,25	0,00
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	13.095,77	4.779,65
			OBRIGACOES A PAGAR	11.778,55	3.779,65
			FORNECEDORES	488,04	488,04
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	488,04	488,04
			RESTOS A PAGAR	11.290,51	3.291,61
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	11.290,51	3.291,61
			CREDORES DIVERSOS	1.317,22	1.000,00
			EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.000,00	1.000,00
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	317,22	0,00
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.775,23	18.510,37
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	3.775,23	18.510,37
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	0,00	0,00
			DISPONIBILIDADES PRONTE DE RECURSOS	-8.538,88	18.510,37
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	12.312,09	0,00
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	12.312,09	0,00
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-3.775,23	-18.510,37
			DISPONIBILIDADE SOBREPASSO DIFERIDO RECEBI	-3.775,23	-18.510,37
	0,00	0,00	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133082/57201 - UNIDADE AVANÇADA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSION	PÁGINA
24/03/2010	1

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ORÇAMENTARIAS	94.017,35	106.412,54	ORÇAMENTARIAS	251.396,80	210.806,02
RECEITAS CORRENTES	12,10	0,00	DESPESAS CORRENTES	239.623,57	183.446,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12,10	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	239.623,57	183.446,65
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	18.510,37	37.101,05	DESPESAS DE CAPITAL	7.968,00	8.849,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	18.510,37	37.101,05	INVESTIMENTOS	7.968,00	8.849,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	18.510,37	37.101,05	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	3.775,23	18.510,37
MUTUAÇÕES ATIVAS	75.494,88	69.311,49	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	3.775,23	18.510,37
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	67.495,96	66.411,49	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	3.775,23	18.510,37
AQUISIÇÕES DE BENS	67.495,96	66.411,49	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	73.738,83	94.372,52
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	7.998,90	900,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.928,76	34.625,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	234.803,09	326.840,61	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.491,00	34.625,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	222.491,00	314.415,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	425,68	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.491,00	140.525,00	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	12,10	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	221.000,00	173.890,00	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	71.810,07	59.747,52
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	12.312,09	14.225,61	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	71.810,07	59.747,52
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	12.312,09	14.225,61	BAIXA DE BENS MOVEIS	59.497,96	59.562,49
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	0,00	14.225,61	BAIXA DE DIREITOS	12.312,09	185,03
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	12.312,09	0,00	RESULTADO PATRIMONIAL	3.684,81	129.874,61
DEFICIT			SUPERAVIT	3.684,81	129.874,61
VARIAÇÕES ATIVAS	326.820,44	435.053,15	VARIAÇÕES PASSIVAS	326.820,44	435.053,15



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133082/57201 - UNIDADE AVANÇADA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSION	PAGINA
24/03/2010	1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	16.680,25	23.290,02	PASSIVO FINANCEIRO	16.680,25	23.290,02
CREDITOS EM CIRCULACAO	16.680,25	23.290,02	DEPOSITOS	9,25	0,00
LIMITE DE SAQUE CIVINC.DE PAGAMENTO	4.568,16	23.290,02	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	9,25	0,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	12.312,09	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	13.095,77	4.779,65
ATIVO NAO FINANCEIRO	19.107.077,30	19.111.391,39	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	805,26	488,04
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	12.157,09	24.469,16	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	488,04	488,04
CREDITOS EM CIRCULACAO	-12.312,09	0,00	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	317,22	0,00
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-12.312,09	0,00	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	11.290,51	3.291,61
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	24.469,16	24.469,16	A LIQUIDAR	11.290,51	3.291,61
ESTOQUES	24.469,16	24.469,16	CREDORES DIVERSOS	1.000,00	1.000,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	18.469.575,00	18.469.575,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.775,23	18.510,37
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	18.469.575,00	18.469.575,00	VALORES DIFERIDOS	3.775,23	18.510,37
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	18.469.575,00	18.469.575,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-11.290,51	-3.291,61
PERMANENTE	625.345,21	617.347,21	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-11.290,51	-3.291,61
IMOBILIZADO	625.345,21	617.347,21	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-11.290,51	-3.291,61
BENS MOVEIS E IMOVEIS	625.345,21	617.347,21	PASSIVO REAL	5.509,74	19.998,41
ATIVO REAL	19.123.957,55	19.134.681,41	PATRIMONIO LIQUIDO	19.118.367,81	19.114.683,00
			PATRIMONIOCAPITAL	19.114.683,00	18.984.808,39
			PATRIMONIO	19.114.683,00	18.984.808,39
			RESULTADO DO PERIODO	3.684,81	129.674,61
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	19.123.957,55	19.134.681,41
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-19.120.272,74	-19.004.806,80
ATIVO COMPENSADO	25.390,53	23.764,53	PASSIVO COMPENSADO	25.390,53	23.764,53
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	25.390,53	23.764,53	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	25.390,53	23.764,53
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	25.390,53	23.764,53	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	25.390,53	23.764,53
ATIVO	19.149.348,06	19.156.445,94	PASSIVO	19.149.348,06	19.156.445,94



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133082/ST201 - UNIDADE AVANÇADA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMISSION	PAGINA
24/03/2010	1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
RECEITAS CORRENTES	12,10	0,00	DESPESAS CORRENTES	239.623,57	183.446,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12,10	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	239.623,57	183.446,65
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	239.510,37	210.991,05	OUTRAS DESPESAS	239.623,57	183.446,65
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	18.510,37	37.101,05	DESPESAS DE CAPITAL	7.998,00	8.849,00
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	18.510,37	37.101,05	INVESTIMENTOS	7.998,00	8.849,00
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	221.000,00	173.890,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	4.212,99	18.510,37
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	221.000,00	173.890,00	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	3.775,23	18.510,37
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	221.000,00	173.890,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	3.775,23	18.510,37
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	52.482,36	64.270,72	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	437,76	0,00
VALORES EM CIRCULAÇÃO	23.290,02	40.980,70	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	425,66	0,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	23.290,02	40.980,70	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	373,30	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	3.775,23	18.510,37	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	52,38	0,00
VALORES DIFERIDOS	3.775,23	18.510,37	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	12,10	0,00
DEPÓSITOS	9,25	0,00	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	40.170,27	64.455,75
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	9,25	0,00	VALORES EM CIRCULAÇÃO	18.680,25	23.290,02
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	13.095,77	4.779,65	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	18.680,25	23.290,02
FORNECEDORES	488,04	488,04	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	18.510,37	37.101,05
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	488,04	488,04	VALORES DIFERIDOS	18.510,37	37.101,05
RESTOS A PAGAR	11.290,51	3.291,61	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.779,65	3.879,65
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	11.290,51	3.291,61	FORNECEDORES	488,04	488,04
EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LÍB	1.000,00	1.000,00	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	488,04	488,04
OUTROS DÉBITOS	317,22	0,00	RPS NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	3.291,61	2.391,61
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	12.312,09	0,00	EMPREST.FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LÍB	1.000,00	1.000,00
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	12.312,09	0,00	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	0,00	185,03
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	12.312,09	0,00	BAIXA DE DIREITOS	0,00	185,03
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	185,03
INGRESSOS	292.004,83	275.261,77	DISPÊNDIOS	292.004,83	275.261,77



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(PECHADO)
EMISSÃO	PÁGINA
24/03/2010	1

RECEITA					DESPESA				
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	382.801,77	-382.801,77
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	374.801,77	-374.801,77
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	374.801,77	-374.801,77
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	8.000,00	-8.000,00
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	8.000,00	-8.000,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	382.801,77	-382.801,77



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	133081/37201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI	EMISSAO 24/03/2010	PAGINA 2
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					MOVIMENTACAO DE CREDITO				
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	389.877,41	0,00	389.877,41
					DESPESAS CORRENTES	0,00	381.877,41	0,00	381.877,41
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	381.877,41	0,00	381.877,41
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
					INVESTIMENTOS	0,00	8.000,00	0,00	8.000,00
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	389.877,41	0,00	389.877,41
MOVIMENTACAO FINANCEIRA									
SUB-REPASSE	389.877,41	389.877,41	32.377,29	357.500,12					
TOTAL	389.877,41	389.877,41	32.377,29	357.500,12	TOTAL	0,00	389.877,41	382.801,77	7.075,64
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	350.424,48	-350.424,48	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	389.877,41	389.877,41	382.801,77	7.075,64	TOTAL GERAL	0,00	389.877,41	382.801,77	7.075,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133081/57201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2009	DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO	PÁGINA
24/03/2010	1

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ORÇAMENTARIAS	133.744,31	210.307,89	ORÇAMENTARIAS	409.857,04	405.051,44
RECEITAS CORRENTES	0,00	41.843,22	DESPESAS CORRENTES	374.801,77	300.844,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	41.843,22	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	374.801,77	300.844,14
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	59.432,56	27.946,71	DESPESAS DE CAPITAL	8.000,00	42.776,49
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	59.432,56	27.946,71	INVESTIMENTOS	8.000,00	42.776,49
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	59.432,56	27.946,71	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	27.055,27	59.432,56
MUTUAÇÕES ATIVAS	74.311,75	140.717,76	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	27.055,27	59.432,56
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	74.311,75	140.717,76	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	27.055,27	59.432,56
AQUISIÇÕES DE BENS	74.311,75	138.719,51	MUTUAÇÕES PASSIVAS	0,00	1.998,25
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	0,00	1.998,25	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	0,00	1.998,25
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	412.423,00	669.213,05	LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	0,00	1.998,25
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	412.209,79	668.637,80	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	107.593,65	216.989,55
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	18.546,99	293.731,32	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	43.238,32	116.366,22
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	393.662,80	375.106,48	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	0,00	74.725,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	213,21	375,25	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	43.238,32	0,00
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	213,21	375,25	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	0,00	41.843,22
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	213,21	375,25	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	64.355,33	100.621,33
DEFICIT			DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	64.243,33	100.621,33
			BAIXA DE BENS MÓVEIS	64.030,12	100.246,06
			BAIXA DE DIREITOS	213,21	375,25
			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	112,00	0,00
			AJUSTES NÃO FINANCEIROS	112,00	0,00
			RESULTADO PATRIMONIAL	26.716,62	257.479,75
			SUPERÁVIT	26.716,62	257.479,75
VARIAÇÕES ATIVAS	546.167,31	879.520,74	VARIAÇÕES PASSIVAS	546.167,31	879.520,74



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	133081/57201 - UNIDADE AVANÇADA DE TUCURUI
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2009	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 24/03/2010	PÁGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2009	2008	TÍTULOS	2009	2008
ATIVO FINANCEIRO	28.620,91	61.198,20	PASSIVO FINANCEIRO	28.620,91	61.198,20
CREDITOS EM CIRCULACAO	28.620,91	61.198,20	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.765,64	1.765,64
LIMITE DE SAQUE CIVINC.DE PAGAMENTO	28.620,91	61.198,20	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	264,64	264,64
ATIVO NAO FINANCEIRO	49.373.218,12	49.344.501,50	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	0,00	264,64
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	8.014,21	5.732,56	FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES	264,64	0,00
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	8.014,21	5.732,56	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	1.501,00	1.501,00
ESTOQUES	8.014,21	5.732,56	A LIQUIDAR	1.501,00	1.501,00
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	48.425.285,59	48.425.285,59	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	27.095,27	59.432,56
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	48.425.285,59	48.425.285,59	VALORES DIFERIDOS	27.095,27	59.432,56
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	48.425.285,59	48.425.285,59	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-1.501,00	-1.501,00
PERMANENTE	939.918,32	913.483,33	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-1.501,00	-1.501,00
IMOBILIZADO	939.918,32	913.483,33	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-1.501,00	-1.501,00
BENS MOVEIS E IMOVEIS	939.918,32	913.483,33	PASSIVO REAL	27.319,91	59.697,20
ATIVO REAL	49.402.039,03	49.405.899,70	PATRIMONIO LIQUIDO	49.374.719,12	49.348.002,50
			PATRIMONIOCAPITAL	49.348.002,50	49.088.522,75
			PATRIMONIO	49.348.002,50	49.088.522,75
			RESULTADO DO PERIODO	28.716,62	257.479,75
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	49.402.039,03	49.405.899,70
			SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-49.373.322,41	-49.146.219,95
ATIVO COMPENSADO	11.340,81	9.082,85	PASSIVO COMPENSADO	11.340,81	9.082,85
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	11.340,81	9.082,85	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	11.340,81	9.082,85
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	10.456,40	8.411,65	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	10.456,40	8.411,65
OUTRAS COMPENSACOES	884,41	671,20	COMPENSACOES DIVERSAS	884,41	671,20
ATIVO	49.413.379,84	49.414.782,55	PASSIVO	49.413.379,84	49.414.782,55

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. • <u>Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.</u> 	72,47%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. 	1,30%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. 	0,02%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA. 	R\$1.808,47
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. 	45,83%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.</u>	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. Quantidade total de PA(s) federais – Sipra. 	5,69%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
<u>Índice de acesso à água para consumo doméstico</u> [7]	<u>Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente</u> [8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra. 	10,64%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra</u> [9], <u>dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra. 	75%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<u>(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício</u> [10], <u>no nível de agregação) multiplicada por 100.</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra. 	0,00

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	$\frac{(\text{número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício})}{(\text{dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício})} \times 100$	<ul style="list-style-type: none"> • Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; • Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra. 	9,99%
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR 	1.078

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra. 	39,79%
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	<p>· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.</p>	Justificar a ausência de índice
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR.· Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR. 	
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006. 	0,00

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
<u>Índice de consolidação de assentamentos</u> [16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia. 	60,71%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	<ul style="list-style-type: none"> número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia. 	15,62 H/F
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> SIAFI e SICONV 	14%

JANDIR MELLA

SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO

INCRA/SR(27)MBA

GENTIL DA SILVA PIMENTEL

ASSEGURADOR DE PLANEJAMENTO

COORDENADOR DO GT/RG 2009

INCRA/SR(27)MBA